

Nome Completo	Profissão / Ocupação	Instituição	Assunto	Contribuição	Acolhido	Assunto	Resposta
1 DANIEL MARIMON BOUCINHO	Jornalista	N/A	Não informado	A fala é uma crítica ao processo "apressado e pouco participativo" da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Destaca que a cidade está sendo conduzida com improvisos, obras inacabadas e falta de planejamento efetivo. Questiona propostas como a construção de prédios de até 150 metros em áreas de risco de inundação e denuncia o desmatamento em regiões como Floresta Sabará. Crítica ainda a baixa participação popular na audiência pública (cerca de 500 pessoas em uma cidade de 15 milhão de habitantes) e a ausência de alternativas como participação online. Enfatiza que muitas decisões importantes estão sendo empurradas para depois, refletindo uma cidade mais cinza, mais concreta e menos inclusiva, ambientalmente e socialmente. A pergunta final é clara: até quando Porto Alegre será conduzida na base da gambiarra?	Não	Participação social, falta de planejamento, prédios de 130 metros, áreas alagáveis, preservação ambiental	O processo de participação social vem sendo realizado desde 2019, com ampla e contínua interlocução com a sociedade. Temos registros documentados de todas as etapas, incluindo listas de presença e atas assinadas pelos participantes, o que comprova a veracidade e transparência do processo. Os relatórios referentes à participação social encontram-se disponíveis no site oficial da revisão do Plano Diretor, onde constam dados detalhados sobre o número de participantes, as metodologias aplicadas, os conteúdos apresentados, bem como a relação entre as propostas recebidas da sociedade e as análises técnicas realizadas. É importante ressaltar que, frequentemente, as propostas são interpretadas e adaptadas conforme critérios técnicos. Contabilizamos mais de 200 momentos formais de participação, incluindo oficinas, debates, seminários e grupos de trabalho, realizados em diferentes regiões da cidade. Em relação à eventual limitação do espaço para contribuições durante eventos específicos, reforçamos que existem diversos canais abertos para a manifestação da população, incluindo o e-mail oficial para envio de sugestões. A Audiência Pública não se configura como o único de participação. Durante todo o processo, foram realizadas diversas visitas a comunidades e subseções de bairro que manifestaram interesse, possibilitando a construção conjunta de propostas em diálogo direto com os moradores locais. Além do mais, foi aberto prazo de 30 dias para contribuições, sendo este prazo estendido por mais 1 semana após a audiência pública, face o grande número de contribuições recebidas, o que indicou o sucesso do modelo na participação. Importa destacar que a audiência pública é a maior já realizada na história de Porto Alegre, com mais de 136 inscrições até o momento, número que será confrontado com dados históricos para comprovação. Este é apenas um dos mais de 200 momentos de participação realizados ao longo de sete anos de debate, que envolveram milhares de contribuições de diversas regiões e comunidades da cidade. O processo participativo foi amplamente documentado por meio de relatórios que contemplam tanto as ações de mobilização social quanto as análises técnicas, demonstrando o percurso, as decisões e os fundamentos da proposta apresentada. Todo esse material está acessível ao público no site da revisão do Plano Diretor.
2 ANTONIO FRANCISCO DA SILVA	Ex-radialista	N/A	Acessibilidade	(...) A luta por acessibilidade vem desde os anos 80. Existem várias leis e direitos inclusivos que não são cumpridos. Coisas simples como ir à escola, supermercado, posto de saúde, hospital ou mesmo visitar alguém, são barrados por calçadas malfeitas, falta de rampas e elevadores. Peço que nesse Plano Diretor incluam engenheiros, arquitetos, pessoas da sociedade civil que sejam PCDs e não sejam ligados a qualquer sigla partidária. Um concurso seria bem-vindo. São iguais perante a lei, por que vocês vão onde querem e eu não?	Sim	Acessibilidade, calçadas	No PD atribuímos que a política de mobilidade urbana é o PMU, Art. 33. O Plano de Mobilidade Urbana é o instrumento de planejamento da política de mobilidade urbana do Município e deverá ser observado no cumprimento dos princípios, objetivos e estratégias deste Plano Diretor. § 3º Integram o conjunto de instrumentos complementares da política de mobilidade urbana municipal: I – o Plano Diretor Cidoviário Integrado; II – o Plano Diretor de Acessibilidade; III – o Plano de Segurança Viária Sustentável; IV – outros planos e políticas setoriais a cargo do órgão de mobilidade urbana do Município. § 2º As disposições da NBR 9050, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, deverão ser observadas em todos os planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, de iniciativa pública ou privada.
3 FRANCISCO MARASCHIN ZANCAN	Urbanista	N/A	Planejamento Urbano	(...) É interessante trazer mais densificação, principalmente em bairros como Chácara das Pedras e Três Figueiras. Onde pode trazer maior desenvolvimento e trazer desenvolvimento para carros, para pessoas caminhando e pessoas circulando. (...) trazer mais emprego, mais desenvolvimento, mais comércio na rua, menos cidade para carro, como ela está sendo feita nos últimos 60 anos, e mais uma cidade para os nossos moradores.	N/A	Adensamento em áreas consolidadas	Os bairros Chácara das Pedras e Três Figueiras receberam contribuições com diferentes direcionamentos quanto ao seu planejamento. Considerando a localização privilegiada e a aptidão do território para receber adensamento, optou-se por adotar uma solução de adensamento mínimo sustentável, estabelecendo altura máxima de 18 metros. Essa medida busca assegurar um equilíbrio entre a preservação do caráter residencial da região e a necessidade de acomodar o crescimento urbano, garantindo, ao mesmo tempo, condições adequadas de habitabilidade e infraestrutura.
4 Felisberto Seabra Luisi	Conselheiro do Orçamento Participativo	N/A	Adensamento	O problema da cidade não é mais construções. E sim, melhorar o que existe na cidade real. Nós temos demanda na periferia que precisa de esgoto em cima. (...) A Prefeitura de Porto Alegre tem uma demanda com a periferia na regularização fundiária, na regularização do loteamento, na melhoria dos passeios e da praça (...), a regularização fundiária é prioritária, porque um zoneamento pode prejudicar várias comunidades. (...) e preciso ter um olhar para que a gente possa conversar com as comunidades. Retirem o processo e mais audiências públicas.	N/A	Infraestrutura, Regularização Fundiária, Processos Participativos	O processo de revisão do Plano Diretor foi conduzido com ampla participação da sociedade, conforme já detalhado na contribuição 1. A questão da regularização fundiária foi incorporada de forma estruturada na proposta, prevendo não apenas a revisão cartorial, mas também a implementação de melhorias efetivas nas comunidades, por meio dos instrumentos previstos no Plano Diretor.
5 ARTHUR DIAS DUARTE	Não informado	N/A	Não informado	Afirma que a população decresce e que a cidade cresce para os lados. Que o Centro Histórico está degradado e sumindo e que as pessoas menos favorecidas acabam indo morar longe das áreas consolidadas. Que a região que mais cresceu nos últimos anos foi a Zona Rural. Afirmo que "a gente tem que fazer com que a cidade densifique nas suas áreas consolidadas, para as pessoas que não só as ricas morarem perto do trabalho". Contribora com a proposta da Prefeitura.	N/A	Adensamento em áreas consolidadas	Manifestação favorável com a proposta de adensamento junto às áreas consolidadas.
6 HEVERTON LUIZ LACERDA	Presidente de Associação	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural	Infraestrutura Urbana	Questiona quais são, e onde estão publicados, os dados de capacidade de infraestrutura urbana, água, energia, esgoto, mobilidade, que sustentam os novos parâmetros de altura e adensamento propostos. Também pergunta quais opções de adensamento foram consideradas antes de definir pela atual proposta, que certamente agrada os especuladores do mercado imobiliário? Alguns dados do núcleo orientado para inovação e construção, de UFFRS, indicam que as grandes edificações têm grandes impactos socioambientais negativos no microclima urbano: bloqueio de vento e criação de sombras e aumento do efeito de ilhas de calor. Também a radiação, redução da radiação solar e da ventilação, menos luz e ventilação nas ruas e residências, afetando o conforto térmico e áreas verdes. Também impacto na qualidade do ar, acúmulo de poluentes entre os prédios prejudicando a saúde. Em relação aos aspectos urbanísticos e sociais, a superlotação gera aumento da densidade populacional e sobrecarrega transportes e serviços. O adensamento reduz áreas verdes e espaços de convivência. Reduz qualidade de vida e interação social. Há uma sobrecarga de recursos diante da maior demanda por água e energia, exigindo adaptação na rede. Também aumento de resíduos, maior geração exige sistema eficiente de coleta e gestão que já é péssima hoje na capital.	N/A	Adensamento x Infraestrutura Urbana / Mobilidade / Qualidade do Ar / Serviços	A definição dos parâmetros de adensamento foram objeto de avaliação por parte da equipe técnica quanto a sua capacidade de suporte. A partir da medição das áreas com maior capacidade de infraestrutura, foi se avaliando as adequações. As características de cada local e zoneamento existente no PDDUA também foi considerado quanto a preocupação com a habitabilidade, índice-se o parâmetro de recuo mínimo aplicado pede 18% da altura, assegurando afastamentos adequados entre edificações. Tal parâmetro já é adotado e considerado na maioria das cidades brasileiras. Além disso, os parâmetros foram objetos de simulações realizadas pela equipe técnica, que demonstraram sua compatibilidade com as condições de habitabilidade, evitando os efeitos negativos apontados. As informações constam nos relatórios publicados. Para os espaços públicos, importante salientar a importância do Sistema Ecológico como base para criação de corredores verdes e demais elementos de importância ambiental. Também é importante salientar as estratégias relacionadas que constam no objetivo: "adaptar a cidade aos efeitos das mudanças climáticas e zerar as emissões de gases de efeito estufa".
7 FELIPE HERBERTS SOUZA	Administrador	N/A	Mais oportunidades e menos distâncias	O Plano Diretor atual estimula a evasão econômica e não estimula a moradia acessível em zonas centrais, o que resulta em mais trânsito, mais custo para todos e menos vitalidade econômica no coração da cidade. O novo Plano Diretor contraria esse rumo. Ele incentiva mais moradia e atividade econômica onde já existe infraestrutura, transporte e serviços. Isso atrai moradores, fortalece o comércio e dá competitividade para manter e trazer empresas. Aprovar esse plano é dizer basta à evasão de negócios e pessoas e sim a Porto Alegre mais viva, acessível e competitiva.	N/A	Desenvolvimento Econômico e Moradia Acessível	Manifestação favorável com a proposta de ocupação, especialmente sobre as zonas centrais e áreas onde já há disponibilidade de infraestrutura.
8 MAXIMILIANO JOSE LIMBACHER	Não informado	N/A	Questão de Ordem	Afirma que não há democracia no processo de revisão, que a população não é respeitada, que a Prefeitura provoca a judicialização do Plano e que será judicializado.	Não	Democracia	Idem contribuição 1
9 MARIA EDUARDA COSTA KWITKO	Arquiteta Urbanista	N/A	Parcelamento de Solo	A cidade é muito mais do que regime urbanístico. O novo plano otimiza a aprovação de parcelamento do solo, o que reduz o tempo de aprovação e diminui as chances de ocorrerem ocupações irregulares. Solicita atenção especial à implantação do prolongamento da RS-118 ao eixo sul da cidade, incentivando a instalação de produção, de atividades produtivas e criando centros urbanos mais qualificados.	N/A	Parcelamento do Solo e Prolongamento da RS-118	Pontuada a contribuição quanto a RS-118. Ela consta como via arterial no Sistema de Estrutura e Infraestrutura, tendo regime urbanístico compatível com atividades de características rurais.

ANEXO 3.2							
ETAPA DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE							
CONTRIBUIÇÕES AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 09/08/2025							
Nº	Nome Completo	Profissão / Ocupação	Instituição	Assunto	Contribuição	Acolhido	Assunto
10	ROSA HELENA CAVALHEIRO MENDES	Não informado	Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre	Não informado	A fala é uma crítica à gestão do prefeito Melo em Porto Alegre, especialmente em relação ao abandono da região do Partenon. Denuncia a falta de ações concretas em três mandatos do prefeito, citando promessas não cumpridas como a entrega de 340 caixas d'água no Morro da Cruz, unidades de saúde não construídas e o desvio de R\$ 18,9 milhões para outras áreas. Reclama da ausência de investimentos básicos, como saneamento, pavimentação, saúde e transporte público, destacando que os moradores pobres são constantemente esquecidos, exceto em época de eleição. Acusa o prefeito de fazer aparições simbólicas nas comunidades sem resolver os problemas reais e cobra sua presença e responsabilidade. Por fim reclama do transporte público e da (in) segurança nas paradas de ônibus.	N/A	Serviços Urbanos, Transporte Público e Segurança
11	LUCIANO SCHAFER	Coordenador Nacional	Ináudível	Democracia e Fundos Municipais	Citou que alguns vereadores que irão apreciar a minuta do plano dizem que estamos vivendo em uma ditadura e que a presidente da câmara, Comandante Nádia, defende a democracia. Questiona se vivemos uma ditadura ou uma democracia. Sobre os fundos municipais, diz que o plano libera incentivos de altura e de construção e que as contrapartidas irão para fundos municipais. Afirma que o TCE está investigando desvios dos fundos e questiona se continuando havendo desvios ou se os valores de fato sendo depositados nos respectivos fundos.	N/A	Democracia e Fundos Municipais
12	Hack Basilone Ribeiro De Ávila	Prof. de Sociologia e Multiplicidade	N/A	Não informado	Afirma que há desrespeito e tranfobia e que o plano não dialoga com nenhuma população específica (não contempla quilombolas, não contempla indígenas, não contempla pessoas de divida que tem que ir e afins). Cita o Art. 170 do Plano que concede parques e praças à incitiva privada e como exemplo traz o Parque da Harmonia: "uma devastação contra um monte de árvores, na contramão do que a gente tem pedido para essa cidade". Diz que precisamos e mais áreas verdes, parques e praças públicas, que a cidade seja voltada para o povo e não para a iniciativa privada	N/A	Tranfobia, Não contempla povos originários e povos em geral, Áreas Verdes Públicas
13	AMANDA GONZALES CARDOSO	Voluntária	N/A	Desrespeito aos locais de participação popular	Afirma que a atual administração descumpre os princípios legais de participação popular, pois o Art. 40 do PDUA prevê a renovação bianual dos conselheiros do CMDUA. A última eleição válida ocorreu em 2018 e devido à pandemia da COVID não houve eleições e o prefeito optou por prorrogar o mandato através de portarias, sem fundamento legal. Diante deste cenário foi ajudada ação popular e a Prefeitura realizou novas eleições em 2024. Segundo ela, as eleições ocorreram com irregularidades e ilegalidades. Nova ação popular foi ajuizada, o que provocaria a suspensão das atividades do CMDUA, e consequentemente da Revisão do Plano Diretor, porém a Prefeitura entrou com recurso e não parou as atividades. Portanto entende que torna anuladas todas as decisões tomadas pelo CMDUA, incluindo a revisão do Plano Diretor.	N/A	CMDUA
14	VIRGINIA OLGA KOECHE MUZZEL	Arquiteta Urbanista	N/A	Não informado	1. Consta a afirmação do Prefeito Melo de que o Plano que está sendo posto é o mesmo que o de 1999, pois o plano de 99 definiu corredores de centralidade e demarcou o 4º Distrito como uma área de projeto especial. 2. Contestq que o 4º Distrito está baixando as alturas, pois não há alturas definidas. 3. Afirma que não é verdade que a densidade de edifícios é a mesma que em casas, porque os edifícios em altura não deixam espaço entorno relativo ao espaço ocupado pelas casas. 4. Questiona no que se baseia a distribuição de densidade, porque não tem uma definição espacial clara. 5. Questiona a percepção de que é um plano estratégico, se a infraestrutura está correspondendo ao que seria uma estratégia.	N/A	Plano base de 1999, 4º Distrito, Densidade, Plano Estratégico
15	RODRIGO HENRIQUE COSTA SCHLEY	Economista, administrador, educador popular, Conselheiro do Orçamento Participativo e do Conselho Municipal de Habitação	OP e Conselho Municipal de Habitação	Participação, OODC e adensamento no 4º Distrito	1. Considera insuficientes as 9 reuniões citadas como comunitárias. 2. Questiona o adensamento proposto no 4º Distrito por se tratar de uma área de "banhado", sujeita a enchentes e alagamentos. 3. Os recursos da OODC, segundo o Estatuto da Cidade, deve ser direcionado para moradia popular, contudo entende que a ideia é desviar dessa finalidade.	N/A	Participação social, adensamento no 4º Distrito e OODC
16	ROSELAINE MURLINK	Médica	Coletivo de médicos e médicas	Não informado	Por que suprimir o desenvolvimento ambiental neste plano? Onde estão os estudos básicos prévios de impacto ambiental e na saúde deste plano? Sabendo da relação entre saúde e ambiente, sabendo do impacto da cidade, que vai ter efeitos climáticos na saúde da população, denuncio que este plano vai aumentar a morimortalidade da população, vai aumentar as doenças. Porque desmatamento, aumento da poluição, vão levar ao aumento de doenças cardiorespiratórias, aumentar, como nós vimos, os casos de dengue em Porto Alegre, aumentar os índices de demência e taxas de depressão e suicídio que Porto Alegre já bate recordos do Brasil. Então, temos que repensar e termos que colocar avaliações mais sérias e responsáveis dos impactos no clima, ambiente.	N/A	Impacto Ambiental e de Saúde
17	SILVIO GUIDO JARDIM	Delegado da RGP6	AGAPAN e Centro Operacional de Apoio à Ordem Urbanística e Questões Fundiárias do Ministério Público	Não informado	Faz uma crítica à indiferença da equipe responsável pelo Plano Diretor de Porto Alegre diante do desastre climático de 2024. Afirma que a minuta praticamente ignora a vulnerabilidade climática da cidade, apesar do Estatuto da Cidade prever medidas específicas para municípios sujeitos a desastres naturais. Entre as omissões, destaca a ausência de mapeamento atualizado de áreas de risco, a falta de políticas de drenagem urbana e a proposta de adensar regiões afetadas por inundações com prédios de 100 e 130 metros. Conclui que o plano desconsidere medidas essenciais de prevenção e segurança, colocando em risco a população e reforçando a insustentabilidade do modelo urbano proposto.	N/A	Vulnerabilidade climática de Porto Alegre, mapeamento de áreas de risco, drenagem urbana, adensamento do 4º Distrito
18	Paulo Brack	Professor da UFRGS, Coordenador do INCA, Conselheiro do Meio Ambiente pelo COMAM, Vereador Suplente pelo PSOL	UFRGS, INCA, COMAM e PSOL	Não informado	Reclama da falta de funcionamento do COMAM, que teve seus encontros cancelados desde janeiro. Ele afirma ter sido impedido de apresentar propostas e crítica a exclusão de vozes contrárias, apontando falta de democracia no processo. Destaca ainda que o Plano apresentado é inválido, antidemocrático e descumpra a legislação, incluindo a Lei Complementar 140.	N/A	COMAM e legalidade do processo de revisão do PD
					Resposta		
					O tema é relacionado à necessidade de ações presentes, especialmente relacionadas a serviços públicos. No entanto, no Plano Diretor o bairro Partenon está identificado como uma das áreas prioritárias para desenvolvimento por ser enquadrado como uma Área Estruturadora. Portanto, entende-se do que concerne a plano diretor, o anseio da cidade estaria atendida. Em termos de planejamento futuro.		
					Tratou de assuntos correlatos, não diretamente afetos a plano diretor.		
					A contribuição foi recebida e registrada. Importa esdarecer que o Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS) não contém qualquer dispositivo discriminatório ou excludente. Pelo contrário, foi construído a partir de um amplo processo participativo e é o único Plano Diretor no Brasil que, em seu texto legal, prevê de forma explícita a inclusão de povos e comunidades tradicionais, como as comunidades indígenas e quilombolas, dentro de seus sistemas estruturantes. Essa inovação representa um avanço importante: ao reconhecer esses grupos no próprio corpo do Plano Diretor, o Município garante que eles sejam considerados no monitoramento do desenvolvimento urbano e consultados nos processos de planejamento e licenciamento que incidam sobre seus territórios e áreas de influência. O PDUS tem como objetivo orientar o desenvolvimento urbano sustentável, assegurando equidade, qualidade de vida e acesso universal aos espaços públicos, sem qualquer distinção de raça, gênero ou identidade. Assim, reafirma-se que se trata de um plano inclusivo e pioneiro, voltado a toda a sociedade. Idem contribuição número 1 O Município sempre conduziu o processo de revisão do Plano Diretor dentro dos marcos da legalidade, adotando as providências necessárias em cada etapa. Durante todo o percurso, manteve atuação colaborativa e transparente com os órgãos de controle, assegurando que as decisões fossem tomadas de forma responsável e em conformidade com a legislação vigente.		
					O processo de revisão do Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS) está em andamento desde 2019 e foi conduzido com base em estudos técnicos aprofundados, envolvendo diagnósticos urbanos, análises comparativas, simulações de cenários e contribuições da sociedade. A equipe técnica responsável desenvolveu a proposta com seriedade e profissionalismo, buscando alinhar o modelo de ocupação da cidade às condições reais de infraestrutura, às diretrizes de sustentabilidade e às necessidades de desenvolvimento urbano. Dessa forma, as definições quanto a densidade, alturas, áreas do projeto e estratégias territoriais foram construídas de forma criteriosa, com base em informações técnicas e em ampla participação social, afastando qualquer interpretação de que se trata de mera repetição de propostas anteriores. - O processo participativo foi amplo, sendo realizadas diversas ações desde 2019 como pode ser consultado na contribuição 1 desta tabela. - Quanto ao adensamento e áreas de banhado no 4º Distrito, as ações estão sendo tomadas e o adensamento é compatível tendo em vista sua localização estratégica no território. - Quanto aos recursos da OODC, parte dos recursos estão previstos para serem destinados a habitação de interesse social e, para garanti o direito à cidade de todos, parte dos recursos também está previsto para ser direcionado ao rol de ações taxativo previsto no art. 26 do Estatuto da Cidade.		
					A contribuição foi recebida e registrada. O Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS) não suprime a dimensão ambiental, ao contrário: ela é estruturada no Sistema Ecológico, que define áreas de preservação, corredores de biodiversidade e Áreas de Recuperação de Corpos d'Água, entre outros instrumentos. Além disso, o plano se articula ao Plano de Ação Climática do Município, assegurando que o desenvolvimento urbano seja orientado por critérios de sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas.		
					A contribuição foi recebida e registrada. O Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS) não ignora a vulnerabilidade climática; ao contrário, ela é tratada no Sistema Ecológico, que prevê Áreas de Recuperação de Corpos d'Água, corredores de biodiversidade e integração com o Plano de Ação Climática de Porto Alegre. O mapeamento de risco que foi utilizado como base e seguirá sendo atualizado em articulação com a Defesa Civil. A política específica de drenagem urbana e de controle do DMAE, não sendo objeto do Plano Diretor; entretanto, do ponto de vista urbanístico, a drenagem é abordada de forma integrada às demais infraestruturas no Sistema de Estrutura e Infraestrutura. Também não procede a afirmação de adensamento em áreas de risco. O mapeamento do PDUS indica as áreas vulneráveis, que estão contempladas nos sistemas estruturantes e, portanto, sujeitas a condicionantes específicos de ocupação. Assim, a estrutura do plano não pode ser lida apenas a partir do zoneamento, mas na sua correlação com os sistemas estruturantes, onde se estabelecem os parâmetros e restrições aplicáveis a essas áreas. Idem contribuição número 1		

ANEXO 3.2							
ETAPA DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE							
CONTRIBUIÇÕES AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 09/08/2025							
Nº	Nome Completo	Profissão / Ocupação	Instituição	Assunto	Contribuição	Acolhido	Assunto
30	CLARICE MISOCZYK DE OLIVEIRA	Professora da UFRGS e Presidente do IAB	UFRGS e IAB	Adensamento	Trouxe questionamentos acerca das densidades do Centro Histórico e do 4º Distrito, identificados no Plano de Ação Climática como o local e mais alto risco para Ilhas de Calor e onde o PD prevê TP de 18% a 20%. Questiona: 1. Qual é o mecanismo de efetivação dos corredores verdes destacados do plano? 2. Referente à questão de que densidade não traz população, mas a perspectiva apresentada por vocês é de trazer 150 mil pessoas. Então, quer compreender qual é essa relação? 3. A outra questão é um dos objetivos do plano, que fala sobre a manutenção das características dos bairros. Bairros três Figueiras, Chácara das Pedras, características de cidade-parâm, receberam até 18 metros de altura. Como é possível essa manutenção? Sem falar nos outros bairros que receberão 90, 130, 160 e por aí vai. Fala ainda sobre as TPs maiores que são previstas apenas para duas ZOT's que seriam aquelas onde serão feitos condomínios de luxo enquanto a população recebe menos. Defende a retirada do projeto.	N/A	Adensamento, Taxa de Permeabilidade, Corredores Verdes, Manutenção das características dos bairros
							Em relação ao Centro Histórico e ao 4º Distrito, as alturas e densidades previstas no Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS) estão articuladas a soluções estruturais e à implementação do Sistema Ecológico, que também tem como objetivo combater as Ilhas de Calor. Nesse contexto, os corredores verdes poderão ser implantados por diferentes instrumentos previstos no plano — seja por meio de recursos públicos, contrapartidas de empreendimentos ou ainda no âmbito do licenciamento ambiental — garantindo efetividade às diretrizes ambientais e urbanísticas. Quanto ao questionamento sobre a relação entre densidade e população, o PDUS tem como visão tornar Porto Alegre uma cidade atrativa e próspera, e a diretriz de adensamento planejado é parte dessa estratégia. O objetivo é qualificar os espaços urbanos e aproximar o cotidiano dos cidadãos do conceito de cidade de 15 minutos, no qual trabalho, saúde, educação e lazer podem ser acessados em curtas distâncias, favorecendo a vitalidade urbana. Sobre a preocupação com a preservação das características de bairros como Três Figueiras e Chácara das Pedras, a altura mínima de 18 metros foi prevista justamente para viabilizar um adensamento mínimo sustentável, equilibrando a permanência da morfologia residencial com a necessidade de acomodar o crescimento urbano. Ressalta-se ainda que o plano prevê recuos mínimos proporcionais à altura das edificações (18%), parâmetro que assegura ventilação, iluminação e afastamentos adequados, diferentemente do que ocorreu em áreas centrais no passado, quando recuos reduzidos resultaram em sombreamento excessivo.
31	PAULO ROBERTO DA SILVA	Médico e pesquisador	Associação do Bairro Três Figueiras	Não informado	Citou problemas de mobilidade no Bairro Três Figueiras. Trouxe dados do Plano Nacional de Saúde de 2019, que demonstra que de 27 capitais do país, Porto Alegre é a pior capital em 10 índices de saúde e esclareceu que a sua especialidade é bronquite e depressão. Questionou o que o plano pode fazer para modificar estes índices, falando em horizontalização, diminuição do espaço, eliminação de área verde. Afirmou que não tem como compatibilizar estas duas coisas.	N/A	Mobilidade Três Figueiras, Habitabilidade
							Os bairros Chácara das Pedras e Três Figueiras receberam contribuições com diferentes direcionamentos quanto ao seu planejamento. Considerando a localização privilegiada e a aptidão do território para receber adensamento, optou-se por adotar uma solução de adensamento mínimo sustentável, estabelecendo altura máxima de 18 metros. Essa medida busca assegurar um equilíbrio entre a preservação do caráter residencial da região e a necessidade de acomodar o crescimento urbano, garantindo, ao mesmo tempo, condições adequadas de habitabilidade e infraestrutura.
32	Bruna Bergamaschi Tavares	Coordenadora IAB RS	IAB RS	CMDUA, Moradia x Adensamento x Verticalização	CMDUA deixando de ser tripartite passando a ser consultivo e não mais deliberativo e ampliando o poder da Prefeitura e de cargos técnicos de gestão. Questiona quem se beneficia do modelo proposto para moradia, adensamento e verticalização. Argumenta que a maior oferta de imóveis não vem resultando em preços mais acessíveis, pois os empreendimentos são voltados a segmentos de maior renda, não atendendo à demanda real por habitação popular. Pede maior detalhamento das bases que justificam adensamento e verticalização, sobretudo diante do cenário de declínio populacional e da emergência climática em Porto Alegre. Pede a retirada do projeto.	N/A	CMDUA, Adensamento, Moradia, Verticalização, Emergência Climática
							CMDUA - Item resposta nº 28. A contribuição foi recebida e registrada. O modelo proposto no Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS) beneficia toda a cidade, em especial as áreas mais vulneráveis, ao prever instrumentos voltados à Habitação de Interesse Social (HIS) e ao direcionar o adensamento para regiões com infraestrutura consolidada. Essa estratégia evita a expansão desordenada, reduz a pressão sobre áreas ambientalmente frágeis e otimiza o uso dos recursos públicos. A verticalização planejada, associada a parâmetros de recuos e permeabilidade, contribui para qualificar os espaços urbanos sem comprometer as condições de habitabilidade. Diante do cenário de declínio populacional, o PDUS busca tornar Porto Alegre uma cidade atrativa e próspera, capaz de reter e atrair população, fortalecer sua base econômica, ampliar o acesso a serviços e promover uma cidade mais inclusiva e resiliente, em consonância com o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.
33	LEONARDO BRANCO DURO	Advogado	N/A	Terminologia dos cursos d'água, questão do afundamento do solo e estrutura para idosos, jovens e animais domésticos.	A minuta não cita o Jacuí como rio e não denomina o Delta do Jacuí como Parque Estadual. Pergunta: por que não há essa menção considerando que o Rio Jacuí banha o município até a ponta do Casametro? Foi feito estudo analisando o possível afundamento do solo, considerando a liberação de prédios mais altos, se dando predominantemente nas áreas aterradas da cidade, como o centro, 4º Distrito, o Humaitá e região do Casametro? Por que não existe menção nos planos a profundidade de construções no solo? Não há previsão de reserva de espaço para escavação de infraestrutura urbana, como fiação subterrânea, saneamento e transporte público. Diante do aumento da população idosa, da evasão dos jovens para outras cidades e do aumento de animais domésticos, por que não há menção a estruturas voltadas a esses públicos?	N/A	Rio Jacuí, Delta do Jacuí, Afundamento do solo, ocupação do subsolo, população idosa, evasão dos jovens, animais de estimação
							Questões específicas do Delta do Jacuí estão sendo tratadas em plano próprio em desenvolvimento para o território do bairro Arquipélago. Já a referência ao Rio Jacuí e ao Delta consta na base cartográfica do Município. O tema do afundamento de solo é uma questão de engenharia geotécnica, não abordada em plano diretor, da mesma forma que as condições de escavação para infraestrutura subterrânea (como fiação, saneamento ou transporte), que dependem de projetos específicos de implantação. Quanto ao atendimento de diferentes públicos, o Plano Diretor estabelece diretrizes de atendimento universal e acessibilidade, mas a definição de soluções específicas — como equipamentos voltados à população idosa, à juventude ou aos animais domésticos — depende de projetos e programas setoriais que implementam os espaços públicos no território.
34	CATIA REGINA DUARTE MACHADO	Professora, Bióloga Aposentada	Fórum de Educação Ambiental de Porto Alegre	Não informado	Afirma que falta representação da população de outras áreas reivindicava que haja uma nova etapa desse processo. Informou que foi entregue um documento para a Secretaria de Meio Ambiente com 200 entidades representadas que não receberam a documentação a respeito do Plano Diretor, não tiveram acesso ao relatório, e que reivindicam que haja participação das comunidades. Falou sobre a situação dos catadores que teriam sido criminalizados e fazem o trabalho pela cidade, um trabalho importantíssimo. Disse que o plano não representa a comunidade e se posicionou pela retirada do projeto.	N/A	
							A participação no processo de revisão do Plano Diretor foi ampla, conforme registrado na resposta nº 1. Os documentos foram disponibilizados em conjunto com a divulgação do edital da audiência pública. Os demais documentos relacionados estão publicados no site do Plano Diretor.
35	LUCE HELENA KOCHEN	Engenheira Química	Associação de Moradores de Chácara das Nascentes.	Áreas verdes da Lomba	O PD não pode ser uma carta branca de crédito para construtoras ou negociação com o Governo Federal baseado em custo, especulação imobiliária para facilitar o adensamento populacional. Queremos zona de equilíbrio e não zona intensiva. Não queremos ZOT na João de Oliveira Remião. Queremos também um plano local para o bairro da Lomba, não só na zona do anexo 3.2. A taxa de permeabilidade não pode ser negociada por medidas alternativas do anexo 6 em áreas não construídas. E preciso conservar sem negociação a TPI para lago. Queremos no PD a definição de corredores de biodiversidade que interliguem as manchas vegetais dos biomas na UPL 4. Melhor definição do corredor verde. Suprimir a concessão de Jeton aos conselheiros do CMDUA	N/A	Concertação público x privado, Zoneamento, Lomba do Pinheiro, Taxa de Permeabilidade, Corredores de Biodiversidade, Corredores Verdes, CMDUA
							A contribuição foi recebida e registrada. O Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUCOS) não constituem carta branca para construtoras, mas sim o conjunto de instrumentos que disciplinam o uso do solo privado, sempre condicionados às diretrizes urbanísticas e ambientais. Na Lomba do Pinheiro, a Zona Intensiva foi delimitada apenas nas áreas já consolidadas, sem desconsiderar os condicionantes ambientais. O Sistema Ecológico identifica o território como Zona de Amortecimento do Parque Saint-Hilaire, além de conter áreas de interesse ambiental e corredores ecológicos, que funcionam como condicionantes do planejamento e serão detalhados em planos futuros. Quanto à taxa de permeabilidade, na versão final foram restringidas as possibilidades de compensação, e ela não pode ser negociada em áreas não construídas. O objetivo é assegurar a conservação mínima de solo permeável por lote, medida fundamental para o equilíbrio ambiental da cidade. No que se refere aos corredores de biodiversidade e corredores verdes, o PDUS os apresenta no Sistema Ecológico, prevendo sua consolidação progressiva ao longo do tempo como parte da política ambiental municipal.

ANEXO 3.2								
ETAPA DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE								
CONTRIBUIÇÕES AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 09/08/2025								
Nº	Nome Completo	Profissão / Ocupação	Instituição	Assunto	Contribuição	Acolhido	Assunto	Resposta
55	RAFAEL MARQUES DOS SANTOS	Arquiteto Urbanista	N/A	Adensamento das Centralidades e Espaços Públicos	Referiu que a criação dos espaços públicos permite que as cidades possam coexistir com a área construída e com a área a ser preservada, o que promove diversidade social. O adensamento permite que as pessoas possam morar e trabalhar em locais com infraestrutura, que tenham acesso à cidade, a redução de deslocamentos. Relata que morou no extremo sul e que a cidade é o contrário disso, que é uma cidade espraiada e totalmente horizontal, que traz prejuízos, como grandes tempos de deslocamentos.	N/A	Espaços Públicos, adensamento, acesso à cidade, redução de deslocamentos	A manifestação reforça que a criação dos espaços públicos permite equilibrar a área construída com a área preservada, promovendo diversidade social. Destaca o adensamento como estratégia para aproximar moradia e trabalho da infraestrutura urbana, reduzindo deslocamentos e qualificando o acesso à cidade. O relato pessoal sobre a experiência de morar no Extremo Sul evidencia os prejuízos de um modelo espraiado e horizontal, marcado por grandes tempos de deslocamento.
56	RONALDO GUIMARAES CINTRA REZENDE	Arquiteto Urbanista	N/A	Não informado	Trouxe exemplos de cidades de fora do país (Ho Chi Minh, no Vietnã e Singapura) onde há prédios altos e são cidades turísticas. Falou que a Orla não é bem aproveitada e tem grande potencial turístico. Que prédios altos podem criar atrações turísticas, como centralidades, trazendo comércio, moradia e todas as questões que trazem desenvolvimento, emprego, renda e inclusão social para a cidade.	N/A	Prédios altos, turismo, acesso à cidade	A manifestação trouxe referências internacionais, como Ho Chi Minh (Vietnã) e Singapura, destacando que a presença de edifícios altos pode estar associada a atratividade turística. Ressaltou ainda o potencial da Orla de Porto Alegre, entendendo que o adensamento com prédios altos pode gerar novas centralidades, atraindo comércio, moradia e serviços, e contribuindo para o desenvolvimento, a geração de emprego, renda e a inclusão social.
57	CLAUDIA VIEIRA DE ARAUJO	Vereadora	Câmara de Vereadores	Não informado	Informou que será a relatora do Eixo Desenvolvimento Social e Cultural, onde serão tratados assuntos como habitação de interesse social, REURB, inclusão, educação, saúde, cultura, entre outros. Entende que é necessário oportunizar novas construções, melhorar e preservar a zona rural e as áreas verdes, buscando mobilidade sigil e sustentabilidade, atraindo investimentos e qualificando/valorizando a vida de quem habita a cidade.	Parcialmente	Eixo Desenvolvimento Social e Cultura da Câmara de Vereadores	A manifestação destacou a relevância do Eixo Desenvolvimento Social e Cultural, abrangendo temas como habitação de interesse social, REURB, inclusão, educação, saúde e cultura. Ressaltou ainda a importância de oportunizar novas construções, preservar a zona rural e as áreas verdes, promover mobilidade sigil e sustentabilidade, além de atrair investimentos e qualificar a vida urbana. Nesse sentido, motivados também por outras manifestações semelhantes, buscou-se reconhecer núcleos consolidados na Zona de Equilíbrio e expandir a ZOT 16, com foco na valorização da produção primária do Extremo Sul.
58	Claudio Antenor Schuch Junior	Engenheiro Civil	N/A	Adensamento	Primeiro agradeceu e parabenizou o Secretário Germano e à equipe pelo excelente trabalho realizado. É a favor da densificação por aproveitar a infraestrutura posta, por reduzir custos públicos e privados e aproximar a moradia do emprego. Diminuem os deslocamentos, diminuem os custos com transporte, ganha-se em qualidade de vida, perde-se menor tempo no trânsito. Argumenta que a verticalização pode reduzir custos de construção, por exemplo com a padronização dos pavimentos, e cita Curitiba como exemplo de sucesso. Conclui apoiando o novo Plano Diretor.	N/A	Adensamento, Redução de Deslocamento, Verticalização	A manifestação demonstra pontos de percepção alinhados à proposta do Plano Diretor. Destacou a densificação como estratégia positiva para aproveitar a infraestrutura existente, reduzir custos públicos e privados, aproximar moradia e emprego e diminuir deslocamentos, gerando ganhos de qualidade de vida. Ressaltou ainda que a verticalização pode reduzir custos de construção, citando Curitiba como exemplo de referência.
59	LEONARDO CONTURSI	Jornalista	N/A	Projetos Especiais	Parabenizou os técnicos pelo trabalho "maravilhoso" e disse que agora que está começando a participação mais efetiva, com a ida do projeto à Câmara. Citou os exemplos dados na apresentação da manhã sobre a revitalização ocorrida na Cidade do Cabo e também em Londres. Questionou como os projetos especiais podem trazer mais habitação, mais desenvolvimento, se a Prefeitura no Plano Diretor já pode gravar áreas especiais para isso? Se os empreendedores podem ser chamados para que isso seja facilitado, fomentar os projetos especiais para o melhor social.	Parcialmente	Projetos Especiais	A manifestação parabenizou a equipe técnica pelo trabalho desenvolvido e destacou a importância da etapa atual de participação, com o envio do projeto à Câmara Municipal. Trouxe referências internacionais de revitalização urbana, como os exemplos da Cidade do Cabo e de Londres. O questionamento sobre a viabilização de mais habitação e desenvolvimento por meio de projetos especiais pode ser parcialmente atendido pelos instrumentos previstos no Plano. Entre eles: Planos de Pormenor, instrumento urbanístico de caráter normativo e executivo destinado ao ordenamento detalhado do território em áreas específicas do Município, por meio da definição de parâmetros urbanísticos, diretrizes de desenho urbano, intervenções físicas e mecanismos de articulação entre o Poder Público e agentes privados, conforme os objetivos e diretrizes do Plano Diretor. Parcela para Renovação Urbana, que permite ao Município celebrar acordos com associações comunitárias, entidades do setor privado ou consórcios para qualificação, manutenção e dinamização de espaços públicos em áreas delimitadas, mediante contrapartidas regulamentadas, incluindo a exploração publicitária ou comercial vinculada à paisagem urbana.
60	Luiz Fernando da Silva Barrios	Engenheiro Florestal	N/A	Não informado	A fala destaca que o Plano Diretor, além de técnico, deve ter caráter democrático, o que não está sendo garantido no processo atual. Crítica a baixa efetividade da participação popular nas audiências, com tempo insuficiente para contribuições e indícios de favorecimento a interesses empresariais. Defende que o debate não deve se reduzir a uma oposição simplista entre "sim" e "não", mas buscar uma construção mais ampla e democrática.	N/A	Participação Social	Idem 1
61	FABIO MAJA OSTERMANN	Não informado	N/A	Não informado	Parabenizou a Prefeitura pelo trabalho "importantíssimo", não só pelo viés democrático de participação popular, mas também pela técnica com a qual é apresentada a Minuta do Plano Diretor. Acredita que todos os lados presentes buscam a preservação ambiental e o desenvolvimento, especificamente no que diz respeito à melhoria do bem estar da população. Entende que há presentes que são a favor destas questões mas que são contra o adensamento, o que julga ser contraditório, ou seja, são favoráveis ao espraiamento da mancha urbana sobre as áreas de preservação. Expõe que quando faltam opções de moradias regulares em regiões centrais acaba resultando em assentamentos "sub-regulares", invádes e ocupações.	N/A	Adensamento	Registrada manifestação favorável à proposta do Plano Diretor.
62	JOSE PAULO GIACOMONI	Professor de Educação Física Aposentado	AGAPAN	Não informado	Observou que a minuta do Plano não faz menção às "áreas de preservação permanente", que cita somente a faixa de passagem da inundação que corresponde às várzeas e planícies de inundações adjacentes, a curso de água, permitindo escoamento de enchentes. Questiona se não seriam essas áreas justamente as áreas de preservação permanente? Áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com função ambiental de preservar recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico da fauna e da flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar da população urbana? Afirma que o PD não esdarece regras de uso para estas áreas. Quanto às Zonas Rurais, espera que ampliasse essa área na minuta, no entanto foi mantido o mapeamento da Lei 6075/2015. Destacou que a Secretaria de Meio Ambiente completa 50 anos no ano que vem e que foi a primeira secretaria de meio ambiente do Brasil.	Parcialmente	Áreas de Preservação Permanente, Zona Rural	A observação quanto às Áreas de Preservação Permanente (APPs) é pertinente. O Plano Diretor não altera nem redefine essas áreas, que já são estabelecidas por legislação federal e estadual, como o Código Florestal. O que o Plano faz é incorporar e estruturar esses e outros conceitos por meio da definição de um Sistema Ecológico, que inclui elementos como as Áreas de Risco e Vulnerabilidade Ambiental (ARVA). Esse arranjo complementa a proteção ambiental ao relacionar a ocupação urbana com a preservação dos recursos naturais. Assim, não há sobreposição, mas sim compatibilização entre o regime das APPs e os instrumentos de ordenamento previstos no Plano. Quanto às Zonas Rurais, foi mantido o mapeamento definido pela Lei Complementar nº 775/2015, não cabendo ao Plano Diretor a revisão dessa delimitação. No entanto, buscou-se fortalecer esse território por meio da expansão da ZOT 16 e da criação de uma Região de Planejamento exclusiva para o Extremo Sul, assegurando a valorização da produção primária e o reconhecimento das funções estratégicas da zona rural. O registro do marco histórico dos 50 anos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente reforça a relevância institucional de Porto Alegre na vanguarda da política ambiental no Brasil, em diálogo com os avanços propostos pelo novo Plano Diretor.
63	SANDRA ESTEVES DE MELO	Professora Estadual, Delegada do Plano Diretor e Conselheira do OP	Associação de Moradores da Lomba do Pinheiro	Não informado	Questionou se a Costa Gama é uma estrada ou um bairro. Relatou que lá não chega ônibus, não tem posto de saúde. Reclama que tem que haver mais reuniões nas comunidades pois as pessoas não tem conhecimento, que o Plano Diretor tem que ir para as comunidades.	N/A	Costa Gama, Participação Social	Eslacrase-se que a Costa Gama corresponde a uma estrada localizada no Extremo Sul do município, não se tratando de um bairro ou elemento delimitado. As observações sobre a ausência de transporte coletivo e de equipamentos públicos de saúde são registradas como demandas de políticas setoriais, que precisam ser articuladas ao Plano Diretor. Quanto à participação, resalta-se que o processo de revisão buscou ampla aproximação com a comunidade, por meio de reuniões regionais, oficinas e audiências.

ANEXO 3.2								
ETAPA DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE								
CONTRIBUIÇÕES AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 09/08/2025								
Nº	Nome Completo	Profissão / Ocupação	Instituição	Assunto	Contribuição	Acolhido	Assunto	Resposta
64.	SIMONE PORTELA DE AZAMBUJA	Diretora	AGAPAN	Corredores Ecológicos	No mapeamento dos corredores ecológicos, na minuta do Plano Diretor, deveriam ter sido considerados não apenas os planos de manejo das unidades de conservação atuais, mas também os estudos técnicos elaborados por funcionários da SMAMUS que apresentaram propostas que contemplavam as conexões entre as áreas prioritárias para conservação, áreas verdes, áreas de preservação permanente, entre outros elementos ecológicos. O mapa do sistema ecológico tem equívocos, o que foi sobre o que foi discutido e aprovado nos processos participativos em relação aos corredores ecológicos. É necessário estabelecer normas claras e específicas para uso e ocupação do solo nas áreas de corredores, definindo as faixas mínimas de proteção de cada corredor, os tipos de uso permitidos, os critérios de transição e amortecimento com as áreas urbanas, as restrições e os regimes de proteção, com restrições claras, áreas versus impermeabilização e desmatamento. A proposta aprovada na primeira conferência, que era corredores ecológicos conectando corpos hídricos, parques, praças, unidades de conservação, áreas verdes, morros, áreas de preservação permanente ao Guaíba, não foram, a meu ver, não foram contempladas. E eu gostaria de colocar que, decididamente, eu não vejo refletido neste plano tudo o que foi trabalhado e todos os esforços que nós fizemos para colaborar, principalmente com o eixo ambiental, mas também com todos os eventos que houve dentro da discussão do Plano Diretor. Parabenizou a equipe técnica que tem feito um trabalho 'fantástico', por se tratar de um Plano Diretor que reconhece as pessoas, os empreendedores, os trabalhadores, o mercado como um motor urbano da cidade. Entende importante e revisão dos recursos em casos como as fachadas ativas, com comércio próximo, para a população conseguir utilizar o próprio bairro, para fazer compras, trabalhar, morar, tudo na mesma região.	Parcialmente	Corredores Ecológicos, Sistema Ecológico	O processo de revisão do Plano Diretor acompanhou e incorporou os estudos técnicos desenvolvidos, incluindo propostas relativas à conexão entre áreas prioritárias de conservação, áreas verdes, APPs, parques e unidades de conservação. Reconhece-se, entretanto, que alguns territórios demandam maior nível de detalhamento para a efetiva implementação dos corredores ecológicos. Por essa razão, tais áreas foram delimitadas na minuta como Áreas de Estruturação e Infraestrutura Verde, a serem objeto de posterior detalhamento e projeto, utilizando os instrumentos adequados previstos para a implementação do Sistema Ecológico. Cabe ressaltar que os sistemas são passíveis de aperfeiçoamento ao longo do tempo, de modo a acompanhar a dinâmica de ocupação do território e garantir maior precisão na compatibilização entre conservação e urbanização.
65	MATHEUS SCHILLING NUNES	Advogado	N/A	Não informado	Parabenizou a equipe técnica que tem feito um trabalho 'fantástico', por se tratar de um Plano Diretor que reconhece as pessoas, os empreendedores, os trabalhadores, o mercado como um motor urbano da cidade. Entende importante e revisão dos recursos em casos como as fachadas ativas, com comércio próximo, para a população conseguir utilizar o próprio bairro, para fazer compras, trabalhar, morar, tudo na mesma região.	N/A	Incentivos, fachada ativa, acesso à cidade	Registrada manifestação favorável à proposta do Plano Diretor.
66	Ana Lúcia Vellinho D'Angelo	Advogada, professora aposentada e Vice-presidente	AGAPAN	Qualificação Ambiental e Adaptação Climática	Acha contraditório o plano ter por objetivos a qualificação ambiental e a adaptação climática quando propõe que as áreas livres permeáveis sejam substituídas por taxa de permeabilidade, sendo que podem ser compensadas pelo uso de painéis solares, uso de lâmpadas de LED e certificação de sustentabilidade. Pondera que a cidade é muito úmida e ocorrem muitos alagamentos, e que, portanto, precisa de mais vegetação para maior infiltração da água no solo. O plano ainda propõe a diminuição dos recuos, ocasionando menos luz solar, menos infiltração das águas e menos ventilação. Por fim se posiciona pela retirada do projeto.	Parcialmente	Taxa de Permeabilidade, Recuos de Altura, compensações de TP	A questão da taxa de permeabilidade foi tratada no Plano Diretor justamente para qualificar a exigência em relação às áreas livres permeáveis, ampliando os percentuais mínimos em comparação à legislação atual. Importante destacar que foi retirada do anexo a possibilidade de compensação da permeabilidade por meio de certificação sustentável, o que pode ter dado origem ao comentário sobre lâmpadas LED. O Plano estabelece critérios que priorizam a infiltração no solo e a infraestrutura verde, assegurando que a compensação ambiental esteja associada a soluções efetivas de drenagem e vegetação. Quanto aos recuos, a proposta não reduz indiscriminadamente essas medidas, mas ajusta os parâmetros conforme as condições de adensamento, sempre vinculados a princípios de habitabilidade, como acesso à luz solar, ventilação e qualidade ambiental, e tendo como referência valores praticados em outros estudos de caso. Considerando os desafios de Porto Alegre, o Plano Diretor estrutura a Estrutura de Adaptação Climática dentro do Sistema de Estrutura e Infraestrutura Urbana, prevendo medidas de resiliência.
67	CASSIANO PELLEZ	--	--	--	--	--	--	--
68	CRISTIANO SPERB HILGERT	Empresário	Associação de Empresários dos Bairros Humaitá e Navegantes		Reforça a importância da aprovação do Plano Diretor. Defende que o plano, com base técnica sólida e apoio social, é visto como essencial para preparar Porto Alegre para os desafios futuros, promover desenvolvimento sustentável e tornar o 4º Distrito uma região inovadora, competitiva e humana, onde seja possível morar, trabalhar e se divertir. Defende que esta é a hora de priorizar investimentos, melhorar a qualidade de vida e consolidar a região como um polo de desenvolvimento.	Sim	4º Distrito	A manifestação reforça a importância da aprovação do Plano Diretor, reconhecendo sua base técnica e o apoio social construído no processo. Destaca o papel estratégico do 4º Distrito, projetado como uma região inovadora, competitiva e humana, onde seja possível morar, trabalhar e se divertir. Ressalta que este é o momento de priorizar investimentos, melhorar a qualidade de vida e consolidar a área como polo de desenvolvimento sustentável para Porto Alegre. Nesse sentido, o reconhecimento das áreas estruturadoras como componente do Sistema Socioeconômico, com destaque para o 4º Distrito como área de inovação, reforça a estratégia de consolidar territórios-chave como motores de desenvolvimento e inovação urbana.
69	RICARDO NICOLAEWSKY	Não informado	N/A	Não informado	Ponderou que Porto Alegre vem enfrentando os impactos de severas mudanças climáticas, como as enchentes e as ilhas de calor. Apresentou os seguintes questionamentos: Qual dispositivo que o Plano Diretor prevê para garantir que todo novo empreendimento, em todo novo empreendimento urbano, adote os padrões obrigatórios de infraestrutura verde e eficiência hídrica e energética? E como é que será feita a fiscalização efetiva para que essas exigências não fiquem só no papel?	N/A	Mudanças Climáticas	O Plano Diretor incorpora a agenda climática por meio da Estrutura de Adaptação Climática, integrante do Sistema de Estrutura e Infraestrutura Urbana, e do Sistema Ecológico, que inclui as Áreas de Risco e Vulnerabilidade Ambiental (ARVA). Adicionalmente, prevê mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitirão acompanhar a implementação das estratégias e assegurar o cumprimento das exigências ao longo do tempo.
70	Andre Luiz de Mello Machado	Jornalista, Carnavalesco e Diretor do DEMHAB	DEM HAB	Habitação de Interesse Social	Destaca a situação das cerca de 80 mil famílias vivendo em áreas de risco ou moradias precárias em Porto Alegre, além do déficit habitacional de quase 32 mil unidades, segundo a Fundação João Pinheiro. Defende a necessidade de projetos e recursos, majoritariamente provenientes da União, para garantir moradia digna em menor tempo. Menciona que já existem 10 obras de habitação social em andamento e outras previstas. A proposta do novo Plano Diretor busca gerar riqueza e redistribuí-la para transformar territórios e ampliar a habitação de interesse social, incluindo modelos inovadores, como retrofit no centro da cidade, para aproximar trabalhadores da área central, promovendo mobilidade, sustentabilidade e inclusão social.	Sim	Habitação de Interesse Social, incentivos	O tema da habitação em áreas de risco e precárias foi incorporado na revisão do Plano Diretor. A partir das contribuições recebidas em audiência, foi incluído um anexo específico que localiza e estabelece o regime para as Áreas de Risco e Vulnerabilidade Ambiental (ARVA), consolidando critérios técnicos e orientando o regime do uso e ocupação do solo nesses territórios. Além disso, incluímos também um anexo específico para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), com a sua demarcação e orientações de regime urbanístico, fortalecendo a base normativa para a produção de habitação social. Quanto ao atendimento habitacional, o Plano Diretor prevê incentivos voltados à demanda habitacional prioritária, abrangendo a população enquadrada nas faixas de renda definidas pela política habitacional federal vigente. A sugestão do incentivo adicional para obras de retrofit foi incorporada à Política de Incentivos para o Desenvolvimento Urbano.
71	GUSTAVO HOFMEISTER BITTENCOURT	--	--	--	--	--	--	--
72	ONIR DE ARAUJO	Não informado	N/A	Povos e comunidades tradicionais	O discurso critica a falta de participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais no debate do Plano Diretor de Porto Alegre, destacando que a cidade possui 11 comunidades quilombolas e 10 retomadas indígenas. Aponta que não houve consulta prévia e informada, como determina a Convenção 169 da OIT, e que as referências a essas comunidades no plano são superficiais. Argumenta que a proposta reforça processos históricos de remoção, ignora a presença africana e indígena na cidade e aprofunda a segregação socioespacial, da qual Porto Alegre já detém um dos piores índices do país.	N/A	Povos originários	Com relação aos povos originários, o Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS) contempla suas comunidades no âmbito do Sistema de Espaços Abertos, incorporando-as como Áreas de Interesse Cultural. Essas áreas incluem pontos de localização referentes a comunidades quilombolas e indígenas, com base em dados do INCRA e da FUNAI, mantendo um registro dinâmico que será atualizado à medida que novos reconhecimentos forem realizados. O artigo 13 do PDUS reforça o fortalecimento do planejamento urbano com base na economia urbana, prevendo a participação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração de planos, programas e projetos urbanos que incidam sobre seus territórios, assegurando o cumprimento dessa premissa fundamental. Ao integrar essas comunidades tanto ao Sistema de Espaços Abertos, como Áreas de Interesse Cultural, quanto ao Sistema Socioeconômico, o PDUS reconhece a importância de que suas especificidades sejam consideradas nas políticas públicas municipais. A inclusão dessas comunidades nas estratégias e sua inserção nos sistemas estruturantes foi justamente a forma de contemplar as demandas apresentadas pelas comunidades indígenas durante a Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Dessa forma, garantimos que sejam consultadas nos processos de desenvolvimento urbano que venham a ocorrer no entorno de seus territórios. Por fim, é importante esclarecer que a demarcação de terras indígenas não é competência do Município, mas sim da FUNAI. Isso, contudo, não impede que o Município reconheça e preserve as características desses territórios, o que vem sendo buscado de forma efetiva no processo de revisão do Plano Diretor.

ANEXO 3.2 ETAPA DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE CONTRIBUIÇÕES AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 09/08/2025								
Nº	Nome Completo	Profissão / Ocupação	Instituição	Assunto	Contribuição	Acolhido	Assunto	Resposta
73	MAUREN DE OLIVEIRA NEUTZLING	Arquiteta Urbanista	N/A	IPUT e Plano Diretor	Defende o IPUT sustentável como um instrumento de transformação urbana integrado ao Plano Diretor, indo além da função de tributo. A proposta prevê descontos no IPUT para quem adota práticas sustentáveis, como telhados verdes, energia solar, reuso de água ou retrofit, destinando a arrecadação para mobilidade limpa, áreas verdes e habitação de qualidade. Os recursos poderiam financiar moradia em áreas centrais, aproximando famílias de transporte e serviços, reduzindo deslocamentos e fortalecendo a economia local. Conectado ao conceito de adensamento sustentável, o modelo visa reduzir emissões, preservar áreas verdes e tornar a cidade mais eficiente, criando um círculo virtuoso de desenvolvimento urbano e qualidade de vida.	N/A	IPUT Sustentável	Embora o tema seja de relevante contribuição, não é objeto que possa ser abordado no Plano Diretor.
74	FERNANDO CAMPOS COSTA	Conselheiro do CMDUA	Amigas da Terra e Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Teto	Não informado	Crítica o processo de revisão do Plano Diretor, apontando a falta de participação qualificada da cidade, da Universidade Federal e de outros atores técnicos, além da contratação de consultoria externa internacional. Denuncia que trabalhadores foram pressionados a comparecer à audiência para defender interesses corporativos e que o Conselho do Plano, que deveria ser um espaço democrático e prioritário de debate, está capturado pelo setor corporativo e inoperante. Também acusa a Prefeitura de desrespeitar decisões judiciais, enfraquecendo a garantia de direitos da população, e reforça a necessidade de união da sociedade para defender os interesses coletivos.	N/A	Participação Social e CMDUA	Item 1 O Município sempre conduziu o processo de revisão do Plano Diretor dentro dos marcos da legalidade, adotando as providências necessárias em cada etapa. Durante todo o percurso, manteve atuação colaborativa e transparente com os órgãos de controle, assegurando que as decisões fossem tomadas de forma responsável e em conformidade com a legislação vigente.
75	BRUNA SERON DA SILVA	Estudante de Direito	N/A	Não informado	Defende a construção de uma cidade mais democrática e acessível, destacando o paradoxo urbano: a necessidade de ampliar o acesso à cidade sem sobrecarregar as estruturas públicas e privadas existentes. Aponta que o aumento da demanda eleva os preços dos imóveis, afetando especialmente as populações mais pobres e as gerações mais jovens, e que as mudanças climáticas agravam a vulnerabilidade de áreas hoje habitáveis. Ressalta que, embora o Plano Diretor preveja a desapropriação urbanística para imóveis que não cumprem a função social, esse instrumento não tem sido efetivamente aplicado, e questiona os entraves que impedem o município de garantir esse direito fundamental à moradia.	Sim	Desapropriação Urbanística, Função Social da Propriedade, Moradia	A proposta do Plano Diretor busca enfrentar o paradoxo urbano ao ampliar o acesso à cidade por meio do adensamento em áreas estruturadas, próximas a transporte e serviços, evitando a sobrecarga de territórios vulneráveis e reduzindo pressões sobre os preços dos imóveis. O Plano também incorpora a agenda climática, ao estabelecer o Sistema Ecológico e a Estrutura de Adaptação Climática, visando reduzir a vulnerabilidade territorial frente às mudanças climáticas. Quanto à desapropriação urbanística para imóveis que não cumprem a função social, o instrumento está agora previsto no Plano Diretor, possibilitando sua utilização como mecanismo de efetivação do direito à moradia digna. Sua aplicação dependerá de regulamentação e da definição de recursos específicos para viabilizar a execução.
76	RAFAEL PAVAN DOS PASSOS	Arquiteto Urbanista	N/A	Centro Histórico	O Centro Histórico possui uma série de áreas e de edificações com tombamento estadual e nacional com suas áreas de entorno. Percebe-se nos mapas que está instituída Área de Interesse Cultural na região do Centro Histórico, porém a volumetria proposta, de 60m a 130m, contrasta com as edificações históricas que na sua maioria possuem 2 ou 3 pavimentos. Ainda há as questões de habitabilidade, de mobilidade (com um traçado viário de mais de 100 anos)... e para concluir "será que esses novos ícones arquitetônicos precisam ser contruídos justamente onde os atuais ícones, os ícones históricos da cidade atual estão postos, da maneira como eles estão e estão concentrados, ou dá para pensar esses ícones em outras áreas da cidade?"	N/A	Centro Histórico, habitabilidade, mobilidade, zoneamento	O sítio histórico e as demais restrições do patrimônio cultural são incorporados ao zoneamento do Centro Histórico. A título de exemplo, o Anexo 1 da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) delimita zonas cujo regamento direciona a análise e aprovação aos órgãos competentes pela preservação do patrimônio cultural. A variação de alturas proposta, de 6,7 a 130 metros, segue o padrão já existente hoje: alturas mais controladas no entorno do Gasômetro, preservando a paisagem histórica e cultural e aproveitamento do potencial de transformação no entorno da Rodoviária de Porto Alegre, onde podem chegar a 130 metros. Essa solução busca compatibilizar a preservação do patrimônio com a dinamização urbana, consolidando a legislação vigente vinculada ao Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Porto Alegre.
77	ANDRE LUDUVICO LAURENTINO	--	--	--	--		--	--
78	Carlos Augusto da Silva Dias	--	--	--	--		--	--
79	JACKSON ROBERTO DE CASTRO	Conselheiro Regional da Região Norte, eixo Baltazar	N/A	Não informado	Afirma que a sua região encontrou muitos pontos positivos na proposta do PD e que ainda faltam coisas, mas que estão contribuindo. Enquanto conselheiro da região, diz que fez a sua parte levando à sua região. Defende o crescimento econômico e a empregabilidade e que os trabalhadores morem perto dos seus trabalhos. Entende que as "microcidades / microcentros" como estão sendo propostos vão contribuir muito com a mobilidade urbana e com a diminuição da poluição dentro da cidade.	N/A	Acesso à cidade	Registrada manifestação favorável à proposta do Plano Diretor.
80	FABIELE VARGAS	Empresária do ramo de alimentação	ABRASEL - Associação de Bares e Restaurantes	Mistura de usos (residencial e comercial)	São favoráveis à miscigenação de usos, residenciais e comerciais, gerando cidades mais vivas através da mistura de bares, restaurantes, comércio, junto com as residências. Isso aumenta a circulação das pessoas o que aumenta a segurança. Melhora a qualidade de vida dos funcionários que poderão morar perto do trabalho. Por fim se declarou favorável à proposta.	N/A	Miscigenação de Usos	Registrada manifestação favorável à proposta do Plano Diretor.
81	CAUTAMA DA SILVEIRA FROES	Cientista Político	N/A	Empreendedorismo	É a favor da concessão e da privatização, entende que assim os serviços melhoram e tem maior alcance. É a favor da privatização do DMAE. Pede que seja feito um plano para a cidade não alagar mais em qualquer "chuvinha".	N/A	Concessões e Privatizações	Registrado pontos não relacionados ao Plano Diretor.
82	MARCELO PEREIRA BETTIJO	Economista	N/A	Déficit Habitacional	Destaca o déficit habitacional histórico de mais de 30 mil moradias em Porto Alegre, apontando que enfrentá-lo pode gerar mais de 100 mil empregos e ajudar a reter moradores na capital. Ressalta que, na zona Sul, esse déficit representa cerca de 15 mil moradias. Questiona a manutenção de Áreas Rarefeitas em bairros como Aberta dos Morros e Hípica, que possuem muito emprego e geram corredores comerciais, diz que precisamos que as pessoas fiquem e permaneçam nesses lugares. Salienta que o vínculo afetivo dessas famílias é com o bairro.	Sim	Déficit Habitacional, Zona de Transição	O déficit habitacional histórico é reconhecido como um dos principais desafios de Porto Alegre, e o Plano Diretor busca enfrentá-lo por meio da previsão de incentivos à produção de Habitação de Interesse Social e da ampliação das possibilidades de adensamento em áreas estruturadas, próximas a serviços e transporte coletivo, de modo a gerar emprego, renda e reduzir a pressão sobre o mercado imobiliário. No caso da zona Sul, as diretrizes do Plano Diretor procuram compatibilizar a preservação ambiental com a permanência da população em seus bairros de origem, reconhecendo o vínculo afetivo das famílias com o território. As Áreas Rarefeitas cumprem a função de equilibrar a expansão urbana em áreas ambientalmente sensíveis; no entanto, próximos a bairros como Hípica e Aberta dos Morros foram previstas zonas que incluem as ocupações e integram eixos de conexão entre núcleos consolidados, permitindo maior integração territorial.
83	ZEILA GLECI FROES	Médica aposentada	N/A	Interação entre humanos e natureza	Pede que as calçadas e as vegetações incidentes neslas sejam contempladas no Plano Diretor, discorda da situação atual de que o proprietário é responsável pela calçada e que esta obrigação deveria ser da Prefeitura	Parcialmente	Calçadas e Arborização	As especificações relativas às calçadas estão constantes em Anexo da LUOS. Sobre o tema da responsabilidade pelas condições das calçadas, entende-se a manifestação do ponto de vista da técnica urbanística. Entretanto, trata-se de uma questão não superada apenas pelo Plano Diretor, que depende de um debate estrutural mais amplo sobre a forma como a legislação brasileira organiza a responsabilidade pela execução e manutenção das calçadas.
84	Rosani Alves Pereira	--	--	--	--		--	--
85	LI RASSIER DE ANDRADE* Antônio Carbonera*	--	--	--	--		--	--
86	GUSTAVO CORREA FERNANDES	Advogado e Vice-Presidente	Instituto de Estudos Empresariais	Não informado	Fez um depoimento sobre a realidade que vive na sua comunidade onde a Prefeitura vem recolhendo carrinhos e derrubando galpões, famílias estão ficando sem emprego, trata-se de uma vila sem violência mas onde as crianças tem medo dos policiais militares. Agradeceu todo o trabalho entregue à Porto Alegre, considera fundamental o que a equipe tem feito. Hoje existe pouca oportunidade, custo de moradia alto, as pessoas moram longe, por culpa do plano atual. Entende adequadas as pretensões ambientais de que as pessoas morem perto. A sua dúvida é sobre inovações em instrumentos normativos sobre os problemas de esgoto pluvial, pois a chuva é um problema substancial da cidade e historicamente há um "desinvestimento" neste sentido.	Sim	Acesso à cidade, Instrumentos Normativos para Drenagem Urbana	A questão dos catadores foi respondida via contribuições recebidas online. O reconhecimento ao trabalho desenvolvido é registrado. Quanto às inovações normativas, o novo Plano Diretor trata o tema do esgoto pluvial e da drenagem urbana por meio da Estrutura de Adaptação Climática, integrante do Sistema de Estrutura e Infraestruturas Urbana. Esse dispositivo estabelece diretrizes para qualificar a gestão das águas urbanas. Além disso, o Plano incentiva a adoção de infraestrutura verde, como jardins de chuva, áreas permeáveis e soluções de retenção, associadas ao ordenamento do uso e ocupação do solo. Dessa forma, busca-se enfrentar de forma integrada os desafios históricos de drenagem e reduzir a vulnerabilidade urbana frente a eventos extremos de chuva.
87	IRANY AFONSO HERTZBERG	--	--	--	--		--	--
88	ALDOIR MACHADO BORGES (ALDO BORGES)	Vereador Suplente	Câmara de Vereadores	Não informado	Perguntou se é possível estender a Lei 13.681/2023, que permite a conversão de salas comerciais em moradia, para a cidade toda. Outra questão que ele traz é sobre a proibição de plantio de árvores de grande porte em calçadas e rotatórias e da intenção do plantio de árvores frutíferas que irão alimentar os pássaros, os animais e os moradores. Este é um projeto apresentado por ele e que já passou pelas comissões da Câmara de Vereadores inclusive.	N/A	Conversão de salas comerciais em residencial, Arborização	Consideramos de extrema importância o debate sobre a conversão de usos urbanos, entretanto, esclarecemos que essa matéria é de competência do Código de Obras. Da mesma forma, o tema do plantio de árvores em calçadas, rotatórias e da utilização de espécies frutíferas é afeto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, tratando-se de regulamentação específica da política de arborização urbana. Nesse sentido, constitui um detalhamento setorial e não é objeto do Plano Diretor, que se mantém no nível das diretrizes estruturais para o desenvolvimento da cidade.

ANEXO 3.2							
ETAPA DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE							
CONTRIBUIÇÕES AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 09/08/2025							
Nº	Nome Completo	Profissão / Ocupação	Instituição	Assunto	Contribuição	Acolhido	Assunto
89	PAULO BINS ELY	Arquiteto Urbanista, Corretor de Imóveis e Conselheiro do CMDUA	Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Dia Grande do Sul e Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental	Imóveis Listados	Parabenizou a mesa pelo "grandioso" trabalho desenvolvido conjuntamente com inúmeros técnicos e que resultou num bom trabalho estruturado. Defende a preservação do patrimônio histórico da cidade e sugere que os imóveis listados como de estruturação também sejam isentos do pagamento de IPTU assim como ocorre com os imóveis tombados pelo IPHAN e pelo IPHAE.	N/A	Imóveis listados como de Estruturação, IPTU
90	GILBERTO BITENCOURT	Não informado	N/A	Não informado	Crítica a falta de diálogo com territórios indígenas, quilombolas e populações periféricas no processo do Plano Diretor, relacionando essa exclusão a um histórico de desigualdades sustentadas por narrativas falsas. Denuncia que decisões urbanas continuam a beneficiar incorporadoras e setores com maior poder econômico, enquanto pobres, negros e moradores de periferia seguem marginalizados e sem voz nos processos que afetam diretamente seus territórios.	N/A	Diálogo com povos originários, exclusão do processo dos pobres, negros e moradores das periferias
91	MARLON CARINIEL ANTONIO	Corretor de Imóveis	N/A	Não informado	Relata que é corretor de imóveis, no ramo de depósitos, pavilhões e galpões na Zona Norte, Sarandi, Alvorada e arredores. Informa que seus clientes encontram dificuldades de regularizar seus negócios e acabam por não se instalar na região ou permanecerem irregulares. Questiona se esta questão está sendo abordada na proposta do PD e se há previsão de flexibilização neste sentido para viabilizar a instalação das empresas interessadas.	Sim	Instalação de empresas na Zona Norte, Sarandi
92	Kleber Olivan Ribeiro de Oliveira Sobrinho	Empreendedor do Centro Histórico	N/A	Centro Histórico	Reconhece os avanços na reabilitação da região do Centro, destacando que, apesar das dificuldades iniciais, hoje há incentivos legais e projetos de habitação que favorecem investimentos e revitalização. Ele defende o redensamento do centro, afirmando que 38% da densidade demográfica da cidade está subutilizada, e cita projetos de retrofit, inclusive para moradia social, como prova de que a revitalização não promove gentrificação. Agradece o espaço de participação popular no processo e reforça apoio à aprovação do novo Plano Diretor para fortalecer o desenvolvimento da região.	Sim	Centro Histórico
93	CARLOS FREDERICO SCHMAEDECKE	Não informado	N/A	Não informado	Relatou que leu o conteúdo da Revisão do Plano Diretor disponível no site e que considerou o conteúdo muito completo bem como percebeu que houve muita participação social. Discorda dos que dizem que não houve diálogo com a comunidade e que as discussões não se encerram, que sempre haverá o que discutir e o que melhorar. Espera que a Câmara de Vereadores aprove o plano e que os próximos Prefeitos o implementem.	N/A	Apoio à Revisão do PD
94	ARLI VERA BORBA ANTUNES DE ABREU	Não informado	Comissão Fiscaliza Sarandi	Não informado	Relata que o Sarandi foi severamente atingido pela enchente de 2024 e que ainda há moradores que não voltaram para as suas casas ou ainda não receberam a nova moradia. Onde estão os mapeamentos das áreas de risco? O Plano Diretor está sendo entregue antes do Plano Municipal de Risco? Os empreendimentos que vão ser aprovados apresentarão estudo de impacto ambiental? Onde está o metrô de Porto Alegre? Pergunta se a Audiência é apenas para cumprir um rito ou se as sugestões serão contempladas. Importante pedir contrapartidas às construtoras. Se posicionou pela retirada do projeto.	Parcial mente	Mapeamento das áreas de risco, Plano Municipal de Risco, Estudo de Impacto Ambiental, Metrô, Audiência como rito ou será considerada no plano?, Contrapartidas
95	IRACEMA (VERÔNICA) NASCIMENTO	Não informado	Comunidade Guarani Nhandeva do Sul do país	Não informado	Afirmou que ela e a sua comunidade são contra o Plano pois não foram consultados. Expressa indignação pela falta de consulta e respeito aos povos indígenas no processo do Plano Diretor. Denuncia que vereadores e gestores ignoraram a presença indígena, reforçando um histórico de violação de direitos e exclusão que já dura mais de 500 anos. Reivindica respeito, reconhecimento da presença dos povos originários no Sul de Porto Alegre e demarcação imediata dos territórios indígenas, destacando a defesa das futuras gerações e a relação sagrada com a terra.	N/A	Povos originários
							Registada manifestação favorável à proposta, no entanto IPTU deve ser objeto de outro instrumento que não o plano diretor. Nesse sentido, o Plano Diretor de 2025 representa um avanço inédito em Porto Alegre, pois pela primeira vez um Plano Diretor reconhece formalmente comunidades indígenas, quilombolas e populações periféricas em sua estrutura normativa, conferindo visibilidade e assegurando tratamento diferenciado no planejamento urbano. Esse reconhecimento se dá tanto nos objetivos e estratégias, quanto nos Sistemas Estruturantes, que correspondem à especialização das estratégias e orientam o processo de desenvolvimento da cidade. O artigo 12 prevê a preservação dos territórios e modos de vida tradicionais, valorizando práticas culturais e saberes locais, enquanto o artigo 13 assegura a participação das comunidades indígenas e quilombolas em planos e projetos urbanos que incidam sobre seus territórios. Já no âmbito dos sistemas, o Sistema de Espaços Abertos reconhece os quilombos como áreas de interesse cultural, vinculando sua proteção à preservação do patrimônio e à organização do espaço urbano. Assim, não procede a afirmação de que tais comunidades estejam ausentes ou invisibilizadas na minuta. Ao contrário, sua inserção foi estruturada de modo pioneiro e adequado ao nível de detalhamento cabível a um Plano Diretor. O PDUS estabelece diretrizes que devem orientar políticas públicas específicas, cabendo a planos e programas setoriais dar corpo a medidas como titulação, regularização fundiária, assistência e proteção territorial, em articulação com diferentes níveis de governo. Em síntese, o novo Plano Diretor não perpetua exclusões, mas cria uma base normativa sólida para o fortalecimento de territórios indígenas, quilombolas e periféricos, assegurando sua valorização cultural e o direito à cidade em qualidade de condições. A manifestação foi registrada. O tema da instalação e regularização de atividades econômicas é tratado na proposta do Plano Diretor por meio da organização do Sistema Socioeconômico e da revisão do zoneamento, que busca compatibilizar áreas industriais, de serviços e logísticas com a realidade territorial. A proposta do Plano Diretor ampliou incentivos para a produção de Habitação de Interesse Social em todas as faixas de renda definidas pela política habitacional federal vigente, fortalecendo o acesso à moradia no Centro Histórico e em outras áreas estruturadas da cidade, articulando reabilitação urbana, inclusão social e aproveitamento do potencial subutilizado. Registada contribuição favorável à proposta. O Plano Diretor incorpora as áreas de risco em anexo específico, que localiza e estabelece o regime urbanístico das áreas de Risco e Vulnerabilidade Ambiental (ARVA), assegurando critérios técnicos para o regimento do uso e da ocupação do solo nesses territórios. Dessa forma, a revisão não antecipa nem substitui o Plano Municipal de Redução de Riscos, mas o complementa ao reconhecer espacialmente essas áreas e vinculá-las às diretrizes urbanísticas. Quanto à mobilidade, é importante destacar que projetos estruturais para o transporte coletivo — como metrô, corredores e sistemas de alta capacidade — somente se viabilizam a partir do adensamento urbano, que gera demanda suficiente para sustentar o investimento. No tocante às contrapartidas, o Plano Diretor já prevê mecanismos de outorga e de incentivos vinculados a contrapartidas urbanísticas, assegurando que empreendimentos contribuam para o equilíbrio entre desenvolvimento e interesse público. Por fim, reforça-se que as audiências públicas não são apenas rito formal, mas parte fundamental do processo participativo. As manifestações estão sendo registradas e analisadas, e contribuições consistentes têm resultado em ajustes incorporados à minuta, como no caso da inclusão do anexo específico das áreas de risco. Com relação aos povos originários, o Plano Diretor Urbano Sustentável (PDUS) contempla suas comunidades no âmbito do Sistema de Espaços Abertos, incorporando-as como Áreas de Interesse Cultural. Essas áreas incluem pontos de localização referentes a comunidades quilombolas e indígenas, com base em dados do INCRA e da FUNAI, mantendo um registro dinâmico que será atualizado à medida que novos reconhecimentos forem realizados. O artigo 13 do PDUS reforça o fortalecimento do planejamento urbano com base na economia urbana, prevendo a participação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração de planos, programas e projetos urbanos que incidam sobre seus territórios, assegurando o cumprimento dessa premissa fundamental. Ao integrar essas comunidades tanto ao Sistema de Espaços Abertos, como Áreas de Interesse Cultural, quanto ao Sistema Socioeconômico, o PDUS reconhece a importância de que suas especificidades sejam consideradas nas políticas públicas municipais. A inclusão dessas comunidades nas estratégias e sua inserção nos sistemas estruturantes foi justamente a forma de contemplar as demandas apresentadas pelas comunidades indígenas durante a Conferência de Avaliação do Plano Diretor. Dessa forma, garantimos que sejam consultadas nos processos de desenvolvimento urbano que venham a ocorrer no entorno de seus territórios. Por fim, é importante esclarecer que a demarcação de terras indígenas não é competência do Município, mas sim da FUNAI. Isso, contudo, não impede que o Município reconheça e preserve as características desses territórios, o que vem sendo buscado de forma efetiva no processo de revisão do Plano Diretor.

ANEXO 3.2							
ETAPA DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE							
CONTRIBUIÇÕES AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 09/08/2025							
Nº	Nome Completo	Profissão / Ocupação	Instituição	Assunto	Contribuição	Acolhido	Assunto
96	Mauricio Soccol Lorenzatto	Presidente	Associação dos Atingidos pela Enchente no Bairro Sarandi	Não informado	Solicitou que a Nota Técnica emitida recentemente pelo Ministério Público seja respondida. Salienta que a NT cita "ausência de pontos do Estatuto da Cidade, elencados no Art. 41" (da obrigatoriedade de Plano Diretor em cidades...) que diz sobre a "segurança ambiental da cidade", que é o mapeamento das áreas de risco. "Existe estudos do Serviço Geológico Nacional publicados há anos e existe um estudo em curso com dinheiro da reconstrução, enviado a Porto Alegre pelo Governo Federal para fazer um programa municipal, um programa, o projeto municipal de redução de riscos, e não se teve, em todo o atroz que a Prefeitura teve até aqui do Plano Diretor, a seriedade de incluir esse plano na minuta apresentada do Plano Diretor". Se posicionou pela retirada do projeto.	Sim	
97	ODIRLEI FIDELIS	Não informado	Povo Kaingang (aldeia Vaní Ka)	Não informado	Crítica o Plano Diretor por não atender às reais necessidades das comunidades e por repetir práticas históricas de exclusão, privilegiando sempre os mesmos grupos. Ele denuncia a falta de consulta aos povos indígenas, mesmo em decisões que os afetam diretamente, como o reconhecimento das áreas indígenas como "áreas abertas de interesse cultural", feito sem diálogo. Questiona a postura da gestão frente ao déficit habitacional e crítica a incoerência das políticas ambientais, ressaltando a visão indígena de convivência e respeito com a natureza, contrapondo-se ao que considera cinismo nas ações de preservação.	N/A	Povos originários
98	CARLOS ANTONIO SANTANA	Advogado	N/A	Não informado	Representa os atingidos pela enchente no bairro Sarandi. Defende que a participação popular não é um conceito abstrato, que é uma garantia, um preceito fundamental, que está na Constituição e é um norteador para as legislações. Que a não efetivação da participação social pode acarretar na nulidade do processo. Diz que há uma "ofensa grave" ao Art. 41 e seguintes do Estatuto das Cidades já que o plano para a minimização e a mitigação de riscos da cidade não está contemplado na minuta. Se posicionou pela retirada do projeto.	Sim	Participação social e Áreas de Risco
99	JANE SOBROSA PILAR	Cientista Social e comerciante	N/A	Não informado	Cita o Art. 2º da minuta que fala em competitividade mas que não encontra isso no plano. Que ao invés de cidadania deveria ser usado o termo "equidade". Entende que deve ter participação social com cidadania e universalidade nas discussões e que isto não ocorreu no processo de revisão do PD, bem como não houve um leitura comunitária da cidade. Chama a atenção para a questão das alturas, onde prédios de 30 metros poderão ter 39m e os de 130 metros poderão ter 150m.	N/A	Competitividade, Participação Social, Benefícios em altura
100	CENIRIANI VARGAS DA SILVA	Coordenadora	Movimento Nacional de Luta pela Moradia, membro do Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação e do Orçamento Participativo da Região Centro	Não informado	Antigamente Porto Alegre era conhecida como a "Capital da Participação Popular" e hoje como "capital para se fazer negócios". Diz que o plano que está sendo apresentado é um plano de negócios voltado aos interesses do mercado. Reclama que as demandas das periferias e bairros populares, como saneamento, moradia, transporte e segurança, não foram contempladas, apesar das oficinas e audiências públicas. Lembra que são 80 mil famílias em áreas de risco. Afirma que o plano ignora a participação social, repetindo práticas da pandemia, quando planos do centro e do 4º Distrito foram aprovados sem diálogo, e acusa a gestão de rasgar o Estatuto da Cidade ao priorizar interesses econômicos em vez das necessidades da população.	N/A	Participação social e Áreas de Risco
101	EVARISTO SOARES JUNIOR	Médico Veterinário	N/A	Não informado	Morador do Bairro Chácara das Pedras. Demonstra preocupação com o adensamento do seu bairro pois hoje já enfrentam problemas com coleta de lixo e fornecimento de energia, lembrando ainda das questões de água e esgoto e de transporte. Questiona como o bairro vai dar conta da densidade pretendida se hoje não consegue suprir as demandas existentes.	N/A	Adensamento Chácara das Pedras

ANEXO 3.2 ETAPA DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE CONTRIBUIÇÕES AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 09/08/2025								
Nº	Nome Completo	Profissão / Ocupação	Instituição	Assunto	Contribuição	Acolhido	Assunto	Resposta
102	Mauro Corsetti	Engenheiro, Delegado Região Extremo Sul	Associação Brasileira de Engenheiros Cívis	Não informado	Parabenizou o trabalho que está sendo desenvolvido e falou que participou de várias reuniões do processo. Entende que as regiões do Belém Novo e da Ponta Grossa possuem restrições que devem ser repensadas pois são áreas em que se pode estimular a expansão urbana e ainda possuem potencial turístico. Cita a cidade de Maringá como exemplo de uma cidade rica, bonita e desenvolvida	Sim	Expansão Urbana no Belém Novo e na Ponta Grossa	O novo Plano reconhece o potencial turístico e produtivo do Extremo Sul, prevendo a expansão da ZOT 16, o reconhecimento de áreas já ocupadas e a criação de uma Região de Planejamento exclusiva para o Extremo Sul. A compatibilização entre patrimônio ambiental e áreas ocupadas se dá a partir do princípio de transição, com a estratégia de concentrar ocupações ao longo dos eixos de articulação entre núcleos consolidados, de modo a valorizar as vocações locais e possibilitar maior integração territorial. Destaca-se que, a partir de contribuições recebidas neste sentido, o zoneamento foi retificado, incorporando ajustes que reforçam diretrizes.
103	JOSE ARTIGAS LEAO RAMMINGER	Funcionário Público Federal	N/A	Uso do Solo	Entende que toda a Orla, tanto do Guaíba como do Delta do Jacuí, deveria ter acesso público. As ilhas devem ser encaradas como áreas de uso especial, onde devem ser feitas construções adaptadas à variação do nível do Rio, como por exemplo por palafitas. Fala ainda sobre o Muro da Mauá que deve ser substituído por uma área elevada com a enchente passando por dentro do Caiá.	N/A	Acesso público à Orla, Ilhas, Muro da Mauá	Suas contribuições foram respondidas via documentação recebida por modalidade online
104	LEONIDAS QUADROS DA PAIXÃO	Engenheiro	N/A	Não informado	Diz que é morador do Bairro Bom Fim e sugere que a dinâmica do bairro seja estendida por toda a cidade, de acordo com a vocação de cada bairro. É um bairro onde há moradia, comércio e serviços, com segurança, qualidade de vida e movimento dia e noite. Reconhece a importância do Eixo que vai desde o Caiá, Embarcadero, Orla e Pontal e instiga quantas atividades ainda podem ocorrer ali e nos demais eixos estruturantes. Sugere atividades que gerem emprego e renda que é o que traz benefícios, riqueza e prosperidade para a população. Finalizou parabenizando a Prefeitura pelas "inúmeras conferências, inúmeras oficinas temáticas durante 7 noites".	N/A		A proposta reconhece a importância da dinâmica urbana mista, como a do Bairro Bom Fim, e busca replicar esse modelo em diferentes territórios da cidade, respeitando a vocação de cada bairro. O sistema de eixos estruturantes está voltado justamente à concentração de atividades que gerem emprego, renda e vitalidade urbana, ampliando benefícios e oportunidades para a população.
105	RAFAELA HEINEN KOEHLER	Arquiteta Urbanista	N/A	Fachadas Ativas e Retrofit	Defende que tão importante quanto a altura do edifício é a relação desse edifício com o espaço público, com as pessoas e calçadas. É o mais movimento também traz mais segurança, justamente por ter mais pessoas nas ruas. O Plano Diretor traz incentivos para a implantação de fachadas ativas e estimula a ocupação do recuo de jardim para determinadas atividades, o que traz vida para as calçadas e segurança aos pedestres. Entende que o Retrofit deve ser melhor detalhado no plano, pois é um instrumento importante para manter a cidade viva, como por exemplo no Centro Histórico onde não se quer que fique "esvaziado" fora do horário comercial. Termina parabenizando o trabalho "denso" feito pela Prefeitura, pelo corpo técnico formado por pessoas concursadas, as quais podem ser criticadas por melhorar mas não merecem ser estereotipadas.	Parcialmente	Fachadas Ativas e Retrofit	O Plano Diretor prevê incentivos para fachadas ativas e uso do recuo de jardim, qualificando a relação entre os edifícios e o espaço público, fortalecendo a vitalidade urbana e a segurança dos pedestres. Quanto ao retrofit, o instrumento foi incorporado ao capítulo da Política de Incentivos para o Desenvolvimento Urbano, reconhecendo sua relevância para reabilitar edificações, especialmente no Centro Histórico, e assegurar que áreas centrais mantenham usos diversificados ao longo do tempo.
106	LAURA LIPKE MEIRA	--	--	--	--		--	--
107	ANA CLAUDIA BESTETTI	--	--	--	--		--	--
108	Rafael Padoin Nene	Vice Presidente de Comercialização	SECOVI HDM (SECOVI é o Sindicato da Habitação do Rio Grande do Sul e HDM é a Associação Gaúcha das Empresas do Mercado Imobiliário)	Não informado	Manifesta apoio à aprovação do Plano Diretor, parabenizando a gestão e destacando o reconhecimento do trabalho em outros capitais, especialmente pelos avanços no Centro Histórico e na condução do plano atual. Representando o SECOVI, que administra 15 mil condomínios, defende que a iniciativa privada envolve não apenas empresários, mas também trabalhadores e técnicos, reforçando que toda cidade precisa de um plano de negócios. Também critica os que falam que falta acesso ao plano, pois o processo é público e aberto à sociedade.	N/A	Apoio à Revisão do PD	Registrada a contribuição favorável à proposta.
109	GILVANI DALLOGLIO	--	--	--	--		--	--
110	ANA MARIA NETTO BEZERRA	Não informado	N/A	Não informado	Entende que bairros como Moínhos de Vento e Bela Vista já são muito adensados, e com problemas de circulação, para receberem mais prédios altos, que estes prédios poderiam ser feitos na Zona Sul, no Belém Novo como citou outro cidadão anteriormente. Gostaria que voltasse a lei que permitia prédios de até 8 ou 10 andares.	N/A	Adensamento, Zoneamento	Os parâmetros de altura foram definidos considerando a adequação local ao adensamento, com base em infraestrutura disponível, mobilidade e restrições ambientais. Nos bairros já consolidados, como Moínhos de Vento e Bela Vista, o adensamento é limitado pelas condições urbanas existentes. No Extremo Sul, o plano Diretor prevê estratégias específicas, como a expansão da ZOT 16 e a criação de uma Região de Planejamento exclusiva, conciliando ocupações existentes com a preservação ambiental. A proposta não retoma a legislação anterior, mas atualiza os parâmetros para assegurar maior equilíbrio entre densidade, habitabilidade e capacidade urbana.
111	PAULA GARCEZ CORREA DA SILVA	Não informado	Movimento Nacional das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis	Não informado	Questiona onde estão os estudos e as previsões de realocações das Unidades de Triagem e da construção de "valorização" (?) de resíduos no Plano Diretor? Onde estão os imóveis desocupados da Prefeitura, qual a destinação está sendo prevista para eles? Fala ainda sobre a redução no tempo de deslocamento proposta, sendo que não identificou no plano transporte coletivo, corredor de Ônibus e o que faça este tempo diminuir.	Parcialmente	Unidades de Triagem, Próprios Municipais desocupados, Mobilidade e Transporte	As Unidades de Triagem são reconhecidas como equipamentos comunitários, previstos como elementos integrantes do Sistema de Estrutura e Infraestrutura Urbana. O Plano Diretor, de caráter macro, faz essa previsão para que os projetos possam ser detalhados em planos e programas específicos, como o Plano Municipal de Gestão de Resíduos. Em relação a imóveis desocupados da Prefeitura, sua destinação não é objeto do Plano Diretor, mas de políticas setoriais de gestão patrimonial. Quanto à redução dos tempos de deslocamento, o Plano propõe o adensamento em áreas estruturadas, próximas a transporte coletivo, corredores e centralidades, criando as condições necessárias para a viabilização de projetos estruturais de mobilidade. O detalhamento de linhas e sistemas será definido no Plano de Mobilidade Urbana, articulado ao Plano Diretor.
112	LUIS FRANCISCO DA SILVA VARGAS (Chico Vargas)	Arquiteto Urbanista	N/A	PCD	Crítica o Plano Diretor por falta de diversidade e integração regional, apontando que ele está segmentado e não considera as interfaces de Porto Alegre com cidades da região metropolitana, como Canoas, Alvorada e Viçosa. Destaca também a ausência de diretrizes claras de acessibilidade universal e de uma abordagem efetiva para o meio ambiente. Conclui defendendo a necessidade de um planejamento mais sistêmico e inclusivo para o futuro da cidade.	N/A		A integração regional e contemplada no Plano Diretor em cada um dos Sistemas Estruturantes, de acordo com seus componentes. No Sistema Ecológico, a conexão com a região metropolitana se dá a partir do Delta do Jacuí e de áreas de preservação compartilhadas. No Sistema de Estrutura e Infraestrutura Urbana, as articulações viárias e hidroviárias consideram fluxos que extrapolam os limites municipais. Já na Estrutura de Adaptação Climática, reconhece-se que as estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas exigem ações integradas em escala metropolitana. Quanto à acessibilidade universal, o Plano estabelece diretrizes vinculadas ao Sistema de Estrutura e Infraestrutura Urbana, previstas nas orientações para o planejamento da mobilidade, devendo ser priorizadas no desenvolvimento dos planos setoriais relacionados.
113	MARCELO MULLER	Arquiteto	N/A	Não informado	Parabenizou o secretário e a equipe e energe idoneidade em todos os técnicos envolvidos. afirmou que participou de todos os eventos participativos e que temos um plano "muito consistente" e que poderá trazer Porto Alegre de volta ao protagonismo dos anos 30 quando ocorreu a Feira Mundial no Parque Farroupilha.	N/A	Apoio à Revisão do PD	Além disso, por meio dos objetivos do Plano e da estratégia de organização dos espaços públicos a partir dos sistemas, estabelece-se uma visão sistêmica da cidade, integrando aspectos sociais, ambientais, econômicos e de mobilidade em um mesmo marco normativo. Registrada a contribuição favorável à proposta.
114	Francisco Soares Dornelles	Contador e Advogado	N/A	Não informado	Declarou que foi Secretário Adjunto de Planejamento em 2010. Pede prioridade à educação, assim como ocorre com os prédios históricos. O patrimônio cultural possui as áreas de interesse cultural e as escolas podem vir a ter áreas de interesse das escolas, pois existe deficiência de espaço na maioria das escolas. As construções do entorno das escolas poderiam estar na área de interesse de forma que permitissem expansões quando necessário	N/A	Áreas especiais de escolas	O Plano Diretor reconhece a educação como parte integrante do Sistema de Estrutura e Infraestrutura Urbana, que prevê a integração das escolas à rede de equipamentos públicos urbanos e comunitários. Embora não crie uma categoria específica de "áreas de interesse das escolas", essa previsão permite orientar a compatibilização do entorno escolar e possibilitar futuras expansões ou adequações, a serem detalhadas em planos setoriais e projetos específicos.
115	RODRIGO DIHL SCHIFFNER	Arquiteto Urbanista	N/A	Gestão Técnica e Monitoramento	Demonstra admiração pelo trabalho desenvolvido nos últimos 7 anos, que veio acompanhando o trabalho exaustivo executado. Vê a questão do planejamento urbano como uma relação entre regras e diretrizes. Entende que excesso de regras engessam a cidade, na medida que diretrizes colaboram para o arquiteto usar a sua criatividade para propor soluções ao poder público	N/A	Planejamento Urbano	Registrada a contribuição favorável à proposta.
116	ANDRE HUYER	--	--	--	--		--	--

ANEXO 3.2 ETAPA DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE CONTRIBUIÇÕES AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 09/08/2025								
Nº	Nome Completo	Profissão / Ocupação	Instituição	Assunto	Contribuição	Acolhido	Assunto	Resposta
117	MAERCIO DE ALMEIDA FLORES CRUZ	Não informado	N/A	Adensamento	Questiona se o adensamento proposto, como por exemplo no 4º Distrito e no Centro Histórico, é compatível com a estrutura e infraestrutura existentes. Entende que o aumento das alturas, via de regra, acarretará a diminuição da ventilação, da insolação, da iluminação e da permeabilidade do solo.	N/A	Adensamento	O adensamento proposto foi definido a partir da adequação locacional, considerando a disponibilidade de infraestrutura, restrições ambientais e condições urbanas de cada território. Quanto às alturas, não se pode afirmar que representem necessariamente impactos negativos à habitabilidade. A relação entre forma urbana e clima é determinante: uma edificação esbelta em altura pode gerar menor impacto sobre ventilação, insolação e permeabilidade do que os blocos mais baixos e adensados sem espaçamento entre si. O Plano Diretor busca justamente equilibrar esses fatores, estabelecendo parâmetros que conciliem densidade com qualidade ambiental e urbana. Registrada a contribuição.
118	JAIME RODRIGUES	Urbanista e Professor de História	N/A	Não informado	Entende que corre o risco de o Centro Histórico "se perder" caso seja densificado e que, se a Prefeitura pretender fazer uma política de turismo, deve planejar em conjunto com as universidades porque é a história, é a cultura de Porto Alegre.	N/A	Centro Histórico e Turismo	
119	SELMA MARIA DE MELLO CALKTO	--	--	--	--	--	--	--
120	Carlos Antonio Contieri	Aposentado	N/A	Verticalização	Fala sobre a verticalização em Porto Alegre, reconhecendo que não conhece os aspectos legais ou o antigo Plano Diretor, mas critica a falta de planejamento técnico em áreas consolidadas com habitação unifamiliar há mais de 300 anos. Aponta que decisões são tomadas sem considerar fatores como incidência solar ou capacidade viária. Da o exemplo de uma escolinha no bairro Boa Vista que causa congestionamentos significativos por horas, evidenciando a limitação das vias. Ele alerta que, sem um uso mais técnico e criterioso do solo, o risco de erros no planejamento urbano é grande. A instalação de torres residenciais em regiões como entre Anita Garibaldi, Plínio Brasil Milano e Carlos Gomes pode sobrecarregar a infraestrutura e inviabilizar o uso de modos de transporte como a bicicleta.	N/A	Verticalização	O Plano Diretor parte justamente da premissa de que o adensamento urbano deve ser orientado por critérios técnicos, considerando a adequação locacional. Foram realizados estudos que identificaram as áreas prioritárias para adensamento, as áreas a qualificar e as áreas sujeitas a restrição, compatibilizando parâmetros de coeficientes, gabaritos e recuos com a capacidade da infraestrutura urbana e com as condições ambientais. Aspectos como incidência solar, ventilação e habitabilidade foram incorporados por meio da definição de recuos padrão, da consolidação de tipomorfologias existentes e da manutenção de condições adequadas nos quarteirões urbanos. No caso da mobilidade, o Plano busca reduzir conflitos como os citados ao aproximar habitação e serviços de corredores de transporte coletivo estruturado, estimulando modos sustentáveis como o transporte público e a bicicleta. Dessa forma, evita-se a sobrecarga de áreas estritamente residenciais e promove-se maior equilíbrio entre densidade, infraestrutura e qualidade de vida.
121	VINICIUS TEIXEIRA GALEAZZI	--	--	--	--	--	--	--
122	LUIS GOMES	--	--	--	--	--	--	--
123	WARNA FRUHAUF	--	--	--	--	--	--	--
124	OSCAR GILBERTO ESCHER	Arquiteto Urbanista	N/A	Não informado	Torce para que o pacto social, firmado com o plano diretor, seja efetivamente um instrumento que dê segurança para os técnicos contribuírem sobre o território de Porto Alegre. Relata que tem vasta experiência em projetos e estudos e que espera que na comunidade dos catadores seja instaurada REURB e que diretrizes viárias que invadem o território histórico da cidade sejam modificadas. Sugere que o planejamento do território se estenda até o limite político das águas e que seja feito um planejamento náutico, capaz de pensar e regar esse território e diminuir os conflitos de gestão.	N/A	REURB e Planejamento Náutico	O Plano Diretor tem caráter macro e estratégico, estabelecendo diretrizes gerais para o desenvolvimento da cidade. Questões específicas, como o ordenamento do território da orla ou a reavaliação de diretrizes viárias em áreas sensíveis, devem ser tratadas por meio de planos de caráter parcial ou de pormenor, que detalham e regem com maior precisão a aplicação das normas urbanísticas. No caso da comunidade dos catadores, o Plano contempla instrumentos para a regularização fundiária. Já o planejamento náutico e a gestão integrada da orla poderão ser aprofundados em planos específicos, sempre em articulação com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor. Foram realizados ajustes na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), no anexo de zoneamento, para contemplar a demanda apresentada pela comunidade e assegurar a compatibilização entre desenvolvimento e preservação ambiental. Dessa forma, a proposta busca responder às especificidades locais e possibilitar a regularização das famílias, respeitando o pertencimento comunitário e a integração territorial.
125	ALINE GUERRA DA SILVA	Empreendedora da Construção Civil	N/A	Não informado	Torce para que o Plano seja aprovado. Relata que é moradora da Otávio Frasca, onde moram 66 famílias que compraram seus lotes a preço de custo e aguardam uma mudança no Plano Diretor para poderem se regularizar. O novo plano prevê ZOT14 para a Restinga, mas prevê ZOT1 para o Belém Novo, sendo que em termos de pertencimento a comunidade se identifica com o Belém Novo e não com a Restinga como está posto no plano. Argumenta que o acesso à comunidade e os serviços públicos se dão pelo Belém Novo e não pela Restinga. Por fim diz que a Dra. Simone Somensi enviou a demanda deles para o e-mail do Plano.	Sim	Zoneamento	Foram realizados ajustes na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), no anexo de zoneamento, para contemplar a demanda apresentada pela comunidade e assegurar a compatibilização entre desenvolvimento e preservação ambiental. Dessa forma, a proposta busca responder às especificidades locais e possibilitar a regularização das famílias, respeitando o pertencimento comunitário e a integração territorial.
126	EMERSON SANTOS	--	--	--	--	--	--	--
127	PAULO GILBERTO DE MORAES	Não informado	Associação Voluntária de Ecologia	Não informado	Defende a necessidade de gravar no Plano Diretor de locais para os catadores de lixo morarem e trabalharem. Para isso podem ser usados os recursos da Outorga Onerosa do Direito de Construir. O Estatuto da Cidade permite alturas para além do Plano, desde que ocorra a Outorga Onerosa do Direito de Construir e que os seus recursos sejam destinados para a habitação social, para proteção e defesa do meio ambiente e para ampliação da infraestrutura urbana. Que tudo que for além do Plano Diretor, dos parâmetros básicos, que seja aplicada a OODC.	N/A	Catadores (moradia e trabalho), OODC	A questão dos catadores foi respondida a partir das contribuições recebidas no formato online.
128	ULLY VAZ FERNANDES RICATTO	Estudante de Arquitetura e Urbanismo	Diretório Acadêmica da Faculdade de Arquitetura da PUCRS	Não informado	Crítica o foco do Plano Diretor em empreendimentos em áreas já desenvolvidas, argumentando que isso não atende à população que mais precisa, especialmente os 22% dos porto-alegrenses que vivem com apenas 1/4 de um salário mínimo e carecem de moradia digna. Afirma que o plano favorece a especulação imobiliária e grandes incorporadoras, promovendo gentrificação e expulsando moradores antigos, ao invés de garantir moradia popular, áreas verdes, equipamentos públicos e transporte de qualidade. Considera baixa participação popular no processo, que foi marcado por por exclusões e manobras que reduziram a contribuição da sociedade civil.	N/A	Habitação de Interesse Social, Gentrificação, Participação Social	Participação Social respondida na contribuição 1
129	CARINE VILLARINO FRISCHMANN	Arquiteta Urbanista	N/A	Não informado	Parabeniza a equipe envolvida e se sente contente com o plano proposto. Considera bom para a cidade ser pensada para o espaço público, com a priorização de pedestres. Pergunta como será feita a fiscalização do Plano proposto já que hoje em dia não vê a fiscalização ocorrendo na cidade.	Parcialmente	Fiscalização	O Plano Diretor prevê a criação do Centro de Inteligência Territorial (CIT) como estrutura permanente responsável pelo monitoramento da aplicação do Plano. Essa instância permitirá acompanhar em tempo real a implementação das diretrizes, fiscalizar indicadores urbanos e ambientais e dar suporte às ações de regulação do território, fortalecendo a capacidade de gestão e fiscalização da cidade.
130	MIGUEL DE BASTIANI GASPARINI	Não informado	CAF PUCRS e SENAI	Centro Histórico	Crítica o tratamento dado ao Centro Histórico no Plano Diretor, apontando que a região já é altamente adensada, mas está esvaziada de moradores devido a prédios vazios. Ele considera as propostas apresentadas superficiais, idealistas e sem estratégias reais, além de ignorarem princípios como os da Carta de Washington, que defendem a valorização e preservação da história e da memória da cidade.	N/A	Adensamento, Centro Histórico	O Plano Diretor trata o Centro Histórico como território estratégico, propondo sua reabilitação por meio de incentivos à habitação, à diversidade de usos e a instrumentos como o retrofit, voltados inclusive à produção de Habitação de Interesse Social. A proposta busca enfrentar justamente o problema dos prédios vazios, estimulando sua reutilização e a retomada da vitalidade urbana.
131	MÁRCIO BINS ELY	Advogado, Corretor de Imóveis e Vereador	Câmara de Vereadores	Não informado	Parabeniza toda a equipe técnica pelo trabalho. Relata que era o Secretário de Planejamento em 2010 quando o Plano Diretor foi revisado e que será o Relator do Patrimônio Cultural quando o plano for apreciado pela Câmara de Vereadores. Está de acordo com o que considera um avanço nas questões das ações mitigatórias e compensatórias. E pede cuidado com o Patrimônio Cultural Edificado, como por exemplo não ofuscar o Gasômetro e outros grandes prédios com valor cultural.	N/A	Contrapartidas e Patrimônio Cultural Edificado	As diretrizes apresentadas não são superficiais, mas estruturadas a partir de parâmetros urbanísticos, zoneamento específico e da articulação com políticas de preservação do patrimônio cultural. O plano está alinhado a princípios internacionais de reabilitação urbana, que orientam a valorização da história e da memória das cidades, articuladas ao uso contemporâneo e à vida cotidiana.
132	MARIANA FELIX DE QUADROS	--	--	--	--	--	--	--
133	--	--	--	--	--	--	--	--

ETAPA DE APROVAÇÃO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE
CONTRIBUIÇÕES AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 09/08/2025

(*) Li Rassier Andrade fez a inscrição para que o cadeirante Antônio Carbonera pudesse se manifestar.

(*) Li Rassier Andrade fez a inscrição para que o cadeirante Antônio Carbonera pudesse se manifestar.